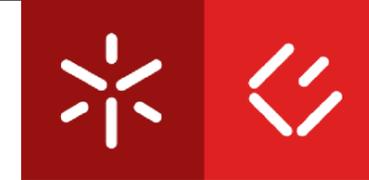


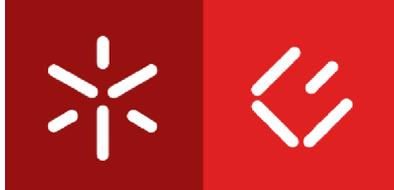


**Autarquias versus empresas municipais:
quem colhe os louros? – As fontes de informação
na cobertura noticiosa da atividade das
empresas municipais do Município do Porto**

Beatriz Merca da Silva de Barros Brandão

Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão





Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

Beatriz Merca da Silva de Barros Brandão

**Autarquias versus empresas municipais:
quem colhe os louros? – As fontes de informação
na cobertura noticiosa da atividade das
empresas municipais do Município do Porto**

Mestrado em Ciência Política

Trabalho efetuado sob a orientação do
Professor Doutor António Fernando Tavares

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.



Atribuição-NãoComercial

CC BY-NC

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>

Agradecimentos

Ao Professor António Tavares, meu orientador, por abraçar este tema com o mesmo entusiasmo que eu.

À Professora Catarina Silva, pelas palavras de incentivo, pelo conhecimento que sempre partilhou, pelas experiências passadas, pela motivação constante.

Aos restantes professores do Mestrado em Ciência Política e à minha turma, pelo constante desafio, pelo debate aceso e proífico, pela partilha de ideias, experiências e vivências que levo para o resto do meu caminho.

A toda a equipa da GO Porto – Gestão e Obras do Porto, que me recebeu de braços abertos desde o primeiro momento e que sempre se prontificou para todas as dúvidas e ensinamentos. Uma palavra especial à Arquiteta Cátia Meirinhos e ao Engenheiro Manuel Aranha pela oportunidade, ao Doutor Hugo Miguel Silva, meu orientador, à minha colega de trabalho e amiga Doutora Lúcia Monteiro e à Doutora Isabel Azevedo pelo voto de confiança e pela motivação constante. Um especial obrigado à Doutora Tânia Coelho e à Doutora Cristina Matoso pela confiança no meu trabalho e pela autonomia proporcionada. Ao Rúben e ao Aníbal, pela amizade.

Às amigas de sempre que me viram crescer, e às mais recentes, com quem partilho a paixão desta área: à Ana Afonso, à Filipa Soares, à Sara Carvalho, à Carla Silva.

Aos meus avós.

Ao meu irmão Miguel, confidente de todas as horas.

Aos meus pais. Pelo apoio incondicional, pela preocupação constante e pelos valores que me constroem todos os dias.

Ao Tiago, a minha pessoa, a motivação de todos os dias, que dá sentido ao “ser mais e melhor”.

Um sentido obrigado a todos, e a cada um em particular.

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

Resumo

Título: Autarquias versus empresas municipais: quem colhe os louros? – As fontes de informação na cobertura noticiosa da atividade das empresas municipais do Município do Porto

O presente relatório surge na sequência do estágio realizado na empresa municipal de Gestão e Obras do Porto, entre os meses de junho de 2018 e março de 2019. A temática pretende relacionar as áreas científicas das Ciências da Comunicação e da Ciência Política explorando, para isso, a relação tripartida entre autarquias, empresas municipais e órgãos de comunicação social.

A investigação debruça-se sobre o universo empresarial local da Autarquia do Porto e tenta avaliar quais são as características da cobertura noticiosa, ao nível das fontes de informação, da atividade das cinco empresas municipais do Município do Porto.

Para isso, procedeu-se à análise das fontes de informação de 235 notícias, publicadas no segundo semestre de 2018 e, partindo de pressupostos teóricos, do modelo de estudo de caso e da técnica de análise de conteúdo quantitativa, pretende-se chegar a conclusões sobre a proporção de eventos e acontecimentos sociais atribuídos à autarquia cuja responsabilidade dos mesmos é, de facto, das empresas municipais. Quem fica, então, com os louros?

Dos resultados salienta-se a grande prevalência das autarquias como fornecedores primários de notícias e informação e o grande caminho a percorrer por parte das empresas municipais.

Palavras-chave: autarquias; comunicação; empresas municipais; fontes de informação; instituições públicas; notícias

Abstract

**Title: Municipalities *versus* municipal companies: who takes the credit?
- Sources of the news coverage on the activity of municipal companies in
the Municipality of Porto**

This report follows on from the internship held at Gestão e Obras do Porto, between June 2018 and March 2019. The theme aims to relate the scientific areas of Communication Sciences and Political Science by exploring the tripartite relationship between municipalities, municipal companies and media.

The research focuses on the municipal companies in the Municipality of Porto and tries to assess the characteristics of news coverage, regarding news sources, on the activity of the five municipal companies in the Municipality of Porto.

To do so, news sources of 235 news items published in the second half of 2018 were analyzed and, using theoretical assumptions, the case study model and the technique of quantitative content analysis, conclusions will be made about the proportion of events and social events attributed to the municipality whose responsibility is, in fact, municipal enterprises. Who takes, actually, the credit?

The results highlight the high prevalence of municipalities as primary providers of news and information and the long course to be done by municipal companies.

Keywords: communication, municipal companies, municipalities, news, news sources, public institutions

Glossário

backoffice – em termos informáticos, é o conjunto de procedimentos feitos num determinado *software*, invisível aos utilizadores, que disponibiliza, reencaminha e coordena as tarefas, para que os utilizadores finais possam usufruir das funcionalidades da ferramenta ou *software* em questão.

clipping – expressão idiomática da língua inglesa que define o processo de seleccionar notícias em jornais, revistas, *websites* e outros meios de comunicação, que resulta num apanhado de recortes sobre assuntos do interesse para quem os recolhe.

core business – é a principal área sob a qual uma empresa/negócio foi fundado ou a atividade onde se concentram as suas operações comerciais.

mockups – são modelos, em escala ou em tamanho real, de um projeto ou dispositivo, que permitem prever e desenvolver o aspeto final de um *software* ou ferramenta sem ser necessário criar a funcionalidade subjacente.

press release – é uma declaração oficial emitida a um ou mais órgãos de comunicação social com informações sobre um assunto específico, de interesse para a entidade emissora, com o objetivo de gerar notícias.

teambuilding – a ação ou o processo de fazer com que um grupo de pessoas trabalhe efetivamente em equipa, através de atividades e eventos projetados para aumentar a motivação e promover a cooperação.

templates – são formatos predefinidos para um documento ou arquivo, que serve como modelo para uma eventual replicação.

wireframes – são modelos bidimensionais que exibem os elementos funcionais de um *website* ou página, normalmente usados para planear a estrutura e a funcionalidade de um *website*.

Índice

Preâmbulo.....	11
Introdução.....	12
Capítulo I – GO Porto: Empresa, Organização e Caracterização.....	16
GO Porto – Gestão e Obras do Porto, EM	17
Estrutura Organizacional.....	19
Gabinete de Comunicação e Promoção.....	20
A Empresa e a Autarquia.....	21
Capítulo II – O estágio na GO Porto.....	23
O estágio na GO Porto.....	24
Atividade desenvolvida	24
1. Comunicação Institucional	25
2. Comunicação Interna	27
3. Comunicação Comercial.....	28
Considerações sobre a experiência	29
Capítulo III – Problemática e Enquadramento Teórico.....	32
Problemática e Enquadramento Teórico.....	33
1. As Empresas Municipais	34
2. A Comunicação Organizacional	40
3. A Cobertura Noticiosa	44
Capítulo IV – Research Design.....	49
Research Design	50
1. A Hierarquia da Credibilidade.....	50
2. O Estudo de Caso.....	51
3. Casos em Análise	52
4. Tratamento dos Dados.....	54

5. Hipóteses.....	60
Capítulo V – Análise dos Dados	61
Análise dos Dados.....	62
1. Domus Social.....	63
2. Porto Lazer	64
3. GO Porto.....	65
4. Águas do Porto	66
5. Porto Ambiente.....	67
Capítulo VI – Discussão dos Resultados	68
Discussão dos Resultados.....	69
Considerações Finais	72
Bibliografia	76
Apêndices.....	81
Apêndice 1 – Grelha de Análise	82
Anexos.....	86
1. Organograma da GO Porto, EM	87
2. Exemplo de Nota à Imprensa	88
3. Exemplo de Carta aos Municípes.....	89
4. Lista de Notícias Redigidas	90

Índice de Tabelas e Figuras

Tabela 1- Quadro de Pessoal da GO Porto, EM.....	19
Tabela 2 – Termos de pesquisa para a análise de conteúdo	59
Tabela 3 – Proporção de fontes de informação consultadas por empresas municipais e autarquias (não inclui casos de consulta simultânea)	69
Gráfico 1 – Número de notícias por empresa municipal associada	62
Gráfico 2 – Fontes de informação na cobertura noticiosa da atividade da Domus Social.....	63
Gráfico 3 – Fontes de informação na cobertura noticiosa da atividade da Porto Lazer	64
Gráfico 4 – Fontes de informação na cobertura noticiosa da atividade da GO Porto.....	65
Gráfico 5 – Fontes de informação na cobertura noticiosa da atividade da Águas do Porto	66
Gráfico 6 – Fontes de informação na cobertura noticiosa da atividade da Porto Ambiente.....	67
Gráfico 7 – Número de notícias por fontes de informação consultadas, por empresa municipal	70
Gráfico 8 – Frequência das fontes de informação, por atores.....	71

Preâmbulo

A presente investigação, inserida no âmbito de um relatório de estágio, pretende, através da análise comparativa da escolha de fontes de informação, perceber quais os traços distintivos no que diz respeito à cobertura noticiosa da atividade das diferentes empresas municipais do Município do Porto.

A problemática abordada ao longo deste relatório surge no seguimento da realização de um estágio em contexto profissional, iniciado em junho de 2018 e com término em março de 2019, perfazendo uma duração de nove meses. A entidade de acolhimento, a Empresa Municipal de Gestão e Obras do Porto (GO Porto) é uma das cinco empresas municipais do Município do Porto. Por vontade de ambas as partes, o contrato foi prorrogado por três meses, terminando, desta forma, no dia 24 de junho de 2019.

As funções desempenhadas durante o período do estágio relacionam-se intimamente com a minha formação de base, em Ciências da Comunicação, e o contexto de estágio numa empresa municipal fundamentam a sinergia que pretendo estabelecer entre a área estudada na Licenciatura e a área de estudos do Mestrado em Ciência Política.

Neste sentido, pretende-se, com este relatório de investigação, explorar os conhecimentos adquiridos nas duas áreas de saber e conjugá-las de forma a permitir o estudo das fontes de informação e da cobertura noticiosa sob o prisma da Ciência Política.

Introdução

A escolha da GO Porto, EM para a realização deste estágio teve em conta vários fatores. Entre eles, a possibilidade de trabalhar numa instituição pública e lidar com vários órgãos políticos locais e municipais, a oportunidade de trabalhar para os munícipes e para a cidade do Porto e o interesse em desempenhar funções de comunicação institucional e comercial.

O presente trabalho surge então na sequência do estágio que realizei na empresa municipal de Gestão e Obras do Porto, entre os meses de junho de 2018 e março de 2019.

Criada com o nome Gestão de Obras Públicas, a GO Porto foi fundada em 9 de agosto de 2000 e tem como objeto social o exercício da atividade de gestão de obras públicas para a autarquia portuense e para outras entidades, públicas ou privadas.

O tema da investigação estará subordinado à análise comparada da cobertura noticiosa da atividade das empresas municipais do Município do Porto, pelo que os casos escolhidos serão, precisamente, as cinco empresas municipais do universo da autarquia portuense, designadamente: GO Porto, Domus Social, Águas do Porto, Porto Lazer e EMAP (Empresa Municipal do Ambiente do Porto).

No âmbito da investigação, pretende-se explorar a proporção entre as fontes de informação consultadas pelos órgãos de comunicação social (OCS) e as fontes/entidades efetivamente responsáveis pelos próprios acontecimentos. Fundamentalmente, o objetivo será perceber se, num acontecimento provocado por determinada empresa municipal, a fonte consultada para a produção noticiosa é essa mesma empresa municipal ou se, pelo contrário, é privilegiada a consulta da autarquia. Desta forma,

iremos perceber o grau de coincidência ou discrepância, considerando a proporção calculada. Por fim, pretende-se perceber quais os motivos que fundamentam o teor deste fenómeno de coincidência/discrepância.

A investigação e a abordagem proposta no âmbito deste relatório de estágio são, no contexto da Academia, um terreno ainda pouco explorado. A relação entre empresas municipais e autarquias tem sido analisada, por exemplo, sob o prisma da Administração Pública, (Araújo, 2003; Tavares e Camões, 2010) do sistema jurídico (Brito, 2010; Cordeiro, 2012) da Governação Local (Rodrigues e Araújo, 2005) e do Empreendedorismo (Ramos e Bueno, 2007). Estas análises contemplam, na sua maioria, uma relação bipartida, de dualidade entre autarquias e empresas municipais. Investigam as sinergias entre estes dois atores, observando, maioritariamente, a relação descendente – da autarquia para a empresa municipal.

Contudo, no âmbito da cobertura noticiosa e do tratamento das empresas municipais perante os órgãos de comunicação social, não foi encontrada bibliografia alguma, com maior ou menor grau de relevância. Foram feitos, ainda assim, alguns estudos (Camilo, 1998; Costa, 2016; Pinto, 2013; Walsh, 1991; Walsh, 1995) relativamente à relação das autarquias no âmbito da comunicação política que serão fonte de trabalho ao longo deste relatório.

Sendo assim, e perante as razões acima descritas, considera-se de especial pertinência explorar esta dinâmica tripartida entre autarquias, empresas municipais e órgãos de comunicação social. A pergunta de investigação será, portanto, a seguinte: “Que fontes de informação são privilegiadas na cobertura noticiosa da atividade das cinco empresas municipais do Município do Porto?”

A pergunta de investigação divide-se em duas componentes em que, por um lado, o objetivo será perceber se as fontes responsáveis pelos acontecimentos (empresas municipais) são as mais consultadas ou se a fonte privilegiada é a autarquia e, por outro lado, quais as empresas municipais que são mais citadas na cobertura noticiosa enquanto fonte de informação.

Este estudo de caso terá como ponto de partida uma conjectura teórica desenvolvida no âmbito das ciências sociais: a *hierarquia da credibilidade*. Assim, a metodologia e hipóteses previstas e adotadas pretendem responder e verificar a convenção da *hierarquia da credibilidade* aplicada às fontes de informação provenientes das empresas municipais e das autarquias.

Para cumprir o principal propósito da investigação neste relatório, será adotada a técnica de análise de conteúdo e, numa última fase, a metodologia escolhida prevê a comparação entre casos, respondendo aos objetivos descritivos e analíticos vinculados pela pergunta de investigação proposta.

Considerando o âmbito da investigação, este relatório está organizado da seguinte forma: no primeiro capítulo, será abordado o enquadramento da instituição, a sua estrutura e organização, bem como o seu posicionamento no universo da autarquia portuense. No segundo capítulo, será feita uma descrição do trabalho realizado no contexto de estágio, nas suas mais diversas dimensões e tarefas, bem como um resumo de considerações sobre a experiência. No terceiro capítulo, expõe-se a problemática a investigar, incluindo o enquadramento teórico ao nível das fontes de informação e das empresas municipais. Em seguida, no quarto capítulo, são apresentados os elementos necessários ao *research design* escolhido: a metodologia, a amostra, o período de análise, os objetos de análise e a forma de tratamento dos dados. O capítulo cinco

contempla a análise dos dados recolhidos e, por fim, no capítulo seis é feita a discussão dos resultados obtidos.

O presente relatório encerra com algumas considerações finais no âmbito das contribuições e limites da investigação, bem como uma reflexão sobre a experiência de estágio no contexto do Mestrado em Ciência Política. A seção de apêndices contempla a versão integral da grelha de análise que materializa a fundamentação operacional deste relatório e os anexos contemplam os documentos de teor pertinente para a percepção total deste projeto de investigação bem como as peças relevantes para ilustrar a atividade desenvolvida na GO Porto.

Capítulo I – GO Porto: Empresa, Organização e Caracterização

GO Porto – Gestão e Obras do Porto, EM

A Empresa Municipal de Gestão e Obras do Porto – GO Porto, fundada em 9 de agosto de 2000 com o nome Gestão de Obras Públicas tem como objeto social o exercício da atividade de gestão de obras públicas para a autarquia portuense e para outras entidades, públicas ou privadas.

É, por este motivo, uma empresa local de natureza municipal, regida pela Lei n.º50/2012, de 31 de agosto, diploma que aprovou o Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Sociais, que tem como sócio único exclusivo o Município do Porto. Subsidiariamente, é ainda gerida pelo regime do setor empresarial do Estado.

Em cumprimento do seu objeto social, a GO Porto, EM, assegura a grande reabilitação de edifícios não habitacionais e a gestão integrada do ciclo de vida das infraestruturas urbanas do Município do Porto, a gestão, exploração e rentabilização dos equipamentos cuja gestão lhe seja delegada e a concretização de planos, projetos, obras e outros empreendimentos e iniciativas de interesse municipal (Gestão e Obras do Porto, 2016).

Ao longo dos últimos anos, a empresa tem realizado um grande número de intervenções especialmente em áreas como a Educação, a Cultura, o Desporto, o Urbanismo, a Mobilidade e o Ambiente. A reabilitação do Mercado do Bolhão, o Terminal Intermodal de Campanhã e a reconversão do antigo Matadouro Industrial do Porto são alguns dos projetos e empreitadas a cargo desta empresa municipal.

A GO Porto, EM terminou o processo de certificação do seu sistema de gestão segundo a norma NP EN ISO 9001:2000 em dezembro de

2004, tendo sido o primeiro serviço/entidade do universo do Município do Porto a obter a certificação do seu Sistema de Gestão de Qualidade e sendo ainda a única empresa, na sua área de negócio, a nível nacional.

Entre 2004 e 2012, a GO Porto foi galardoada com diversos prémios nas áreas do Urbanismo e Reabilitação, nomeadamente: o Prémio INH 2004, pelo Conjunto Habitacional de Monte S. João; o Prémio IHRU 2008 – Promoção Municipal pelo Conjunto Habitacional das Fontainhas; a Menção Honrosa IHRU 2008 pelo Conjunto Habitacional Travessa de Salgueiros; a Menção Honrosa IHRU 2008 pela Reabilitação e Qualificação do Espaço Público: bairro de Pio XII; Finalista do Prémio Secil Arquitetura 2008 pelo Arranjo Urbanístico do Espaço Público do Bairro de Contumil; e o Prémio Espaço Público IHRU 2012 pela Reabilitação e Requalificação do Espaço Público do Bairro do Lagarteiro. in <http://www.gopcmp-em.pt/gop/quem-somos>

A 4 de outubro de 2016, a Câmara Municipal do Porto modificou o objeto social da GO Porto, estabelecendo uma clara diferenciação entre as finalidades a prosseguir por esta empresa local e pela CMPH – Domus Social – Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto, EM, “numa opção de que constitui uma tentativa de prevenir riscos de sobreposição de atividades, de otimizar a gestão, aumentar a eficiência, potenciar a capacidade instalada e o know-how existente” (Gestão e Obras do Porto, 2016).

Estrutura Organizacional

Na GO Porto trabalham, atualmente, 36 colaboradores.

Conselho de Administração 3 administradores	Direção de Produção 13 colaboradores	
	Direção Administrativa e Financeira 1 colaborador	Área Financeira 3 colaboradores
		Gestão Documental 3 colaboradores
		Qualidade 1 colaborador
		Recursos Humanos 3 colaboradores
	Sistemas de Informação 2 colaboradores	
	Direção de Gestão e Exploração 2 colaboradores	
	Gabinete Jurídico 2 colaboradores	
	Gabinete de Comunicação e Promoção 3 colaboradores	

Tabela 1- Quadro de Pessoal da GO Porto, EM

O quadro de pessoal da GO Porto, EM está organizado em três direções – a Direção Administrativa e Financeira, que engloba os diversos departamentos deste âmbito, a Direção de Produção e a Direção de Gestão e Exploração – e dois gabinetes – o Gabinete Jurídico e o Gabinete de Comunicação e Imagem. Todas as direções e gabinetes estão estreitamente relacionados, por se tratar de uma empresa municipal, e respondem diretamente ao Conselho de Administração, conforme organograma em anexo.

A Direção de Produção é a que assume mais destaque no conjunto da estrutura organizacional, quer pelo maior número de colaboradores nesta função quer pela importância que esta área representa no *core business* da empresa. É a Direção de Produção que está responsável pela coordenação de cada uma das empreitadas, através da figura de “gestor de empreendimento”, representada por cada um dos engenheiros e arquitetos que integram este departamento.

A Direção de Gestão e Exploração (DGE) surge após a ampliação do objeto social da empresa, que atualmente contempla a gestão do empreendimento a 360°, sendo o perímetro de atuação alargado à gestão, promoção e exploração do património não habitacional, das infraestruturas e equipamentos urbanísticos do Município do Porto. A gestão do Mercado Temporário do Bolhão e do futuro Mercado do Bolhão, após a sua Requalificação e Modernização, são os atuais e principais projetos. in <http://www.gopcmp-em.pt/gestao-e-exploracao/gestao-e-exploracao>

Gabinete de Comunicação e Promoção

O Gabinete de Comunicação e Promoção (GCP) é responsável pela promoção da atividade da GO Porto junto de todos os seus públicos-alvo: clientes, fornecedores, munícipes, colaboradores e restantes *stakeholders*. A sua atividade engloba a comunicação institucional, a comunicação interna, a comunicação externa e todas as tarefas inerentes à assessoria de imprensa e assessoria de comunicação.

O Gabinete de Comunicação e Promoção é a unidade orgânica, transversal a toda a empresa municipal, com a responsabilidade pela imagem, comunicação e marketing da GO Porto, bem como das marcas e espaços de exploração sob a sua gestão. Tendo em conta que o trabalho deste gabinete é transversal a todas as dimensões da empresa, a

colaboração com os restantes gabinetes e direções é imperativa e constante.

Compete a este Gabinete, essencialmente, o reforço da visibilidade e reputação da GO Porto, a comunicação institucional - interna e externa - da organização, junto dos diferentes públicos, e o desenvolvimento e implementação de estratégias de marketing e promoção das marcas e espaços de exploração atribuídos à empresa, nomeadamente na vertente comercial. Cabe ainda a este gabinete o desenvolvimento e gestão de estratégias de comunicação adequadas aos diferentes públicos que a GO Porto pretende atingir, bem como a manutenção de todos os canais de comunicação pela empresa. Mais especificamente, são algumas das tarefas do GCP a elaboração de notícias e comunicados de imprensa, a gestão de conteúdos do *website* institucional, a organização de eventos e a produção gráfica e multimédia.

O Gabinete reporta diretamente ao Conselho de Administração, que define a estratégia de atuação do GCP. Além desta posição hierárquica, o GCP atua em total articulação com o Departamento Municipal de Comunicação e Promoção do Município do Porto (DMCP). Este *modus operandi* será melhor descrito nos parágrafos seguintes.

A Empresa e a Autarquia

Como mencionado anteriormente, a GO Porto é uma empresa municipal e, por esse motivo, além de se reger por legislação ao nível do poder central, a sua atividade, como as das restantes empresas municipais do universo da CMP, está submetida às indicações e orientações estratégicas da autarquia.

De facto, como se pode ler no Contrato de Sociedade e Estatutos (Gestão e Obras do Porto, 2016), no artigo 20.º do *Capítulo III* –

Orientações Estratégicas e Informação: “1. Cabe à Câmara Municipal do Porto aprovar e emitir, em assembleia geral, os objetivos e as metas de promoção do desenvolvimento local a observar pela empresa, nos termos da legislação em vigor.” ao qual se acrescenta, no artigo 21.º (Deveres especiais de informação): “(...) a empresa facultará à Câmara Municipal do Porto, tendo em vista o seu acompanhamento e controlo, os elementos seguintes (...) f) *Quaisquer outras informações e documentos solicitados para o acompanhamento da situação da empresa e da sua actividade, com vista, designadamente, a assegurar a boa gestão dos fundos públicos e a evolução institucional e económico-financeira.*”

No que diz respeito à área da comunicação e promoção, a dependência da autarquia e, mais especificamente, do DMCP, replica-se nas restantes empresas municipais e materializa entraves e benefícios que se refletem, naturalmente, no trabalho desenvolvido.

A falta de autonomia nas relações com os *media*, o privilégio da marca “Porto.” em detrimento das insígnias das empresas municipais e a centralização das relações de assessoria no DMCP perfazem alguns dos entraves inerentes a esta relação. No caso específico da GO Porto, onde foi realizado o período de estágio, parte das informações que emite para o exterior (comunicação social, p.e.) é previamente aprovada pela autarquia, mais especificamente pelo DMCP.

Da mesma forma, esta situação traz benefícios: a coerência que implica ao nível gráfico, através das normas e diretrizes que a marca “Porto.” impõe às suas insígnias, a manutenção de uma linguagem institucional e em linha com as orientações estratégicas do município para o serviço público ou mesmo a agilidade na movimentação de materiais e recursos de comunicação entre a autarquia e as empresas municipais (obtenção de licenças publicitárias, suportes de comunicação, entre outros).

Capítulo II – O estágio na GO Porto

O estágio na GO Porto

Atividade desenvolvida

Durante os 9 meses da experiência de estágio, foram-me propostas várias tarefas nas mais diversas áreas da comunicação organizacional. Enquanto estagiária do Gabinete de Comunicação e Promoção (GCP), todo o trabalho desenvolvido insere-se no âmbito da imagem, da comunicação e do marketing da GO Porto bem como das marcas e espaços de exploração sob a sua gestão.

Ao Gabinete compete, de uma forma geral, o reforço da visibilidade e reputação da GO Porto, a comunicação institucional - interna e externa - da organização, junto dos diferentes públicos, e o desenvolvimento e implementação de estratégias de marketing e promoção das marcas e espaços de exploração atribuídos à empresa, nomeadamente na vertente comercial.

Neste sentido, durante o período de estágio, as minhas funções tiveram por base a operacionalização da comunicação e promoção da GO Porto, dos seus empreendimentos e marcas, bem como a gestão da identidade visual e imagem dos mesmos.

Mais concretamente, as tarefas diárias incluíram: a produção e gestão de conteúdos do *website* da GO Porto e das suas marcas; a gestão e manutenção do *clipping* relativo à GO Porto, aos seus empreendimentos e marcas; o registo fotográfico e gestão da comunicação externa dos empreendimentos e eventos da GO Porto e dos seus empreendimentos; o apoio e desenvolvimento de suportes de comunicação interna da GO Porto, em coordenação com as diferentes áreas (Recursos Humanos, Qualidade, Gestão e Exploração); a elaboração de peças gráficas e

suportes de comunicação inerentes à atividade e funcionamento da GO Porto e do seus empreendimentos; o desenvolvimento de *templates* e relatórios enquanto mecânicas de apresentação e análise do trabalho do Gabinete; o desenvolvimento e operacionalização de planos estratégicos de comunicação gerais e específicos para a GO Porto e para as suas marcas; o apoio à programação e desenvolvimento de iniciativas inerentes à atividade da GO Porto e das suas marcas; o apoio nos processos de contratação de prestações de serviços, nomeadamente ao nível da recolha de pedidos de cotação.

Na GO Porto tive, portanto, a oportunidade de desenvolver tarefas relacionadas com a comunicação institucional, interna, externa e ainda, com mais frequência, com a assessoria de imprensa e a assessoria de comunicação. Nas páginas seguintes será descrito, de forma detalhada, todo o trabalho realizado neste âmbito.

1. COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

1.1 *Assessoria de Imprensa*

Diariamente, fui responsável pela filtragem do *clipping* que era recebido através da autarquia. Aqui, o grande objetivo era arquivar todas as notícias e referências à GO Porto e aos respetivos empreendimentos e marcas. Foi-me ainda requerido que seleccionasse igualmente todas as notícias que fossem de potencial interesse para o setor, para futuros empreendimentos ou para o ambiente empresarial.

Durante este período, foram escassas as ocasiões em que o envio de um *press release* foi necessário. Tanto pela pouca autonomia em relação à autarquia como pela falta de acontecimentos de relevância para os media, só tive a oportunidade de contactar com os meios de

comunicação quatro vezes, através de notas à imprensa (ver anexo 1) e por uma vez, em resposta a um e-mail direto.

O período antes do início efetivo de uma empreitada implicava várias tarefas. Em primeiro lugar, competia-me a inserção de toda a informação relevante no *website* da GO Porto e a abertura de um separador com todos os documentos, contratos e planos de obra na pasta de “Processos Ativos”. No total, durante o período de 9 meses, estive responsável pela comunicação de 26 obras.

Seguia-se o envio de cartas aos moradores cujos desvios de trânsito condicionassem a vida quotidiana. Durante o período de estágio, redigi 10 destas cartas (ver anexo 2), mais especificamente para as obras de “Requalificação da Avenida Fernão de Magalhães”, de “Beneficiação das Ruas de São Brás, Damião de Góis, Camões e Outras”, de “Reabilitação das Ruas Guedes Azevedo e Bonjardim”, de “Infraestruturas do Loteamento Municipal da Rua Alfredo Ferreira de Faria”, de “Pavimentação do Parque de Estacionamento entre a Rua do Lugarinho e a Rua dos Castelos”, de “Pavimentação da Rua de Cinco de Outubro”, de “Pavimentação da Rua de André de Rezende e Outras”, de “Beneficiação da Rua de O Primeiro de Janeiro”, de “Pavimentação da Rua da Argentina” e de “Reparação de infraestruturas pluviais na Rua da Senhora da Luz” e fui responsável pelo planeamento das respetivas distribuições.

1.2 *Jornalismo Empresarial*

As tarefas ao nível do jornalismo empresarial consistiram, de uma forma geral, na gestão e criação de conteúdos para o *website* institucional, nomeadamente: a produção de notícias sobre as empreitadas e a atualização semanal das galerias fotográficas de todos os empreendimentos.

Redigi, no total, 51 notícias que podem ser vistas nos links indicados em anexo (ver anexo 3). É ainda importante referir que a captura e edição de quase todas as fotografias que acompanham as notícias referidas foram da minha responsabilidade. A aprendizagem neste campo foi fundamental porque me permitiu adaptar termos mais técnicos a uma linguagem mais facilmente perceptível pelo público-alvo: os munícipes.

Além disso, este instrumento constitui o veículo mais importante de transmissão de informação entre a GO Porto e os munícipes, por permitir um rápido esclarecimento de todos os detalhes da obra e por representar uma vantajosa ferramenta de comunicação institucional, que acaba por promover de forma positiva a imagem da empresa.

Ainda assim, a estrutura das notícias acaba por ser bastante semelhante, o que se justifica pela tipificação da informação relativa a todas as empreitadas.

2. COMUNICAÇÃO INTERNA

Na estrutura organizacional da GO Porto, a partilha de ideias, recursos e sinergias entre o Gabinete de Comunicação e Promoção (GCP) e a Coordenação de Recursos Humanos (RH) é constante. Por esse motivo, durante o meu estágio, foram várias as vezes em que tive a oportunidade de colaborar com os RH, criando ferramentas e atividades de comunicação interna, fundamentais à gestão, organização e motivação dos colaboradores.

Considerando as mudanças recentes da GO Porto ao nível estrutural e, especificamente, no âmbito dos Recursos Humanos e da

Comunicação, sinalizou-se uma necessidade de consolidar uma percepção da imagem interna a todos os níveis.

Para isso, a Coordenação de RH e o GCP, através da minha função, elaboraram uma série de propostas que foram aplicadas no Natal de 2018 e que tinham como principais objetivos: privilegiar, de uma forma lúdica, divertida e formativa, o espírito de união; fortalecer a percepção interna sobre a marca; a médio e longo prazo, motivar os colaboradores. As atividades contemplaram uma tarde de *teambuilding*, atividades internas de decoração do espaço empresarial e iniciativas no âmbito da solidariedade e responsabilidade social.

3. COMUNICAÇÃO COMERCIAL

Conforme previamente abordado neste relatório, a GO Porto é a empresa responsável pela gestão e exploração do Mercado Temporário do Bolhão (MTB). Concretamente, ao nível da comunicação e promoção, este ativo envolve uma série de tarefas e estratégias associadas à promoção do mercado e da sua atividade.

Neste âmbito, as tarefas diárias incluíram: a produção e gestão de conteúdos do *website* e redes sociais do Mercado do Bolhão; a gestão e manutenção do *clipping*; o registo fotográfico e gestão da comunicação externa dos eventos do MTB; a elaboração de peças gráficas e suportes de comunicação inerentes à atividade e funcionamento do Mercado Temporário do Bolhão; o desenvolvimento de *templates* e relatórios enquanto mecânicas de apresentação e análise do trabalho do Gabinete; o desenvolvimento e operacionalização de planos estratégicos de comunicação para o Mercado Temporário do Bolhão; o apoio à programação e desenvolvimento de iniciativas inerentes à atividade do

MTB; o apoio nos processos de contratação de prestações de serviços, nomeadamente ao nível da recolha de pedidos de cotação.

4. ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO

A área mais desafiante ao longo do período de estágio relaciona-se com as tarefas propostas ao nível das estratégias de comunicação.

Ao nível do *website* institucional, foi-me pedido que realizasse uma análise aos seus pontos fracos e fortes, os erros a corrigir e as possíveis alterações estratégicas a implementar, tendo em vista uma vertente mais comercial da empresa municipal. As soluções apresentadas tiveram por base os *websites* das restantes empresas municipais e a atualização e correção dos conteúdos, bem como as alterações ao nível do *backoffice*, dos *wireframes* e dos *mockups*.

No que à comunicação diz respeito, foi-me solicitado que elaborasse um plano de comunicação estratégica no âmbito do 20.º aniversário da GO Porto e que contemplasse todas as propostas de promoção da empresa municipal nos anos de 2019 e 2020, refletindo os meios, orçamentos e recursos necessários à execução do mesmo.

Considerações sobre a experiência

O estágio realizado no Gabinete de Comunicação e Promoção da empresa municipal de Gestão e Obras do Porto foi uma experiência manifestamente enriquecedora, quer pelo âmbito do trabalho realizado, quer pelas oportunidades de observação e de atuação e, especialmente, pela autonomia e responsabilidade que me foi dada.

Desde o primeiro momento, a receção e a disponibilidade para a minha correta adaptação foram constantes. Será fácil, portanto, dizer, que o ambiente de trabalho reuniu, de forma plena, todas as condições necessárias para que a experiência de estágio fosse bastante positiva.

Acabei por estagiar numa empresa com um *core business* que me era completamente desconhecido e que, no entanto, foi bastante acessível e interessante. A GO Porto é uma empresa em crescimento, que tem conquistado mais autonomia junto da autarquia, o que permitiu também um crescimento da minha parte, a nível profissional, tendo mais oportunidade para sugerir mudanças e estratégias mais diferenciadoras.

A minha passagem pela GO Porto constituiu um processo de aprendizagem, adaptação, sucessos e dificuldades e, acima de tudo, de desenvolvimento de competências ímpares na área da comunicação.

Este período de estágio acabou por construir a oportunidade de uma aplicação prática das aprendizagens adquiridas ao longo da licenciatura e do mestrado e, em simultâneo, de promover a compreensão e a reflexão perante o confronto entre este conhecimento e o exercício diário da profissão.

O ponto a destacar reside na adaptação a um modelo de discurso moderadamente político que, naturalmente, teria de ser utilizado, dado os moldes em que a empresa se insere. Pelo facto de ser uma empresa municipal e depender, na sua totalidade, de fundos da autarquia, a GO Porto vê-se “obrigada” a adotar a estratégia, discurso e linguagem determinada pelo executivo em funções, condicionante que será desenvolvida no capítulo seguinte.

Ainda assim, este foi um ponto ultrapassado com facilidade pelos conhecimentos adquiridos durante o período curricular do Mestrado, pela quase permanente convivência com os atores políticos da realidade da cidade e pela consequente compreensão da linguagem e técnicas a utilizar com os públicos-alvo correspondentes.

O conhecimento adquirido, a capacidade de adaptação a um novo ambiente, o trabalho em equipa, a versatilidade exigida num ambiente empresarial e a oportunidade de observar o trabalho no contexto de uma empresa municipal, serão fortes aliados para a construção de um percurso profissional no âmbito da comunicação política e institucional.

De um modo geral, os nove meses de experiência de trabalho neste contexto permitiram-me descobrir exatamente os meus pontos fortes na área da comunicação, o que me torna ainda mais convicta sobre a decisão de ter escolhido um estágio autoproposto na área da comunicação institucional num órgão público.

Acredito que o trabalho que desenvolvi na GO Porto foi manifestamente positivo e trouxe benefícios à estratégia comunicacional da organização e ao cumprimento de grande parte dos objetivos estabelecidos para o gabinete de tal modo que, após o fim do período de nove meses, foi-me endereçado o convite para continuar durante mais um ano na empresa.

**Capítulo III – Problemática e Enquadramento
Teórico**

Problemática e Enquadramento Teórico

Ao longo da experiência de estágio e considerando o teor das tarefas desempenhadas no GCP, foram surgindo situações que suscitaram o interesse em estudar a relação entre as empresas municipais, a autarquia e os meios de comunicação.

No sentido de estudar esta relação tripartida e dar-lhe uma resposta adequada, será necessário abordar conceitos como as empresas municipais, a comunicação em instituições públicas e as fontes de informação, trabalho espelhado no decorrer deste capítulo.

Tendo por base este estudo, a pergunta de investigação será, portanto, a seguinte: **“Que fontes de informação são privilegiadas na cobertura noticiosa da atividade das cinco empresas municipais do Município do Porto?”**

Esta pergunta de investigação divide-se em duas componentes. Por um lado, numa perspetiva descritiva, pretende-se perceber quais as empresas municipais que são mais citadas na cobertura noticiosa enquanto fontes de informação. De outro modo, numa perspetiva analítica, o objetivo será perceber se as fontes responsáveis pelos acontecimentos – empresas municipais – são efetivamente as fontes mais consultadas ou se a fonte privilegiada é a autarquia.

Para responder aos objetivos a que se propõe esta pergunta de investigação, o capítulo seguinte pretende, portanto, definir conceitos, esclarecer fenómenos e aprofundar termos que conduzam a um melhor entendimento da temática e, conseqüentemente, da análise dos dados recolhidos para este estudo.

1. AS EMPRESAS MUNICIPAIS

1.1 A Nova Gestão Pública

Rodrigues e Araújo (2005) falam do aparecimento de um novo modelo de gestão, subsequente ao esgotamento das soluções preconizadas pela Administração Tradicional, denominado de Nova Gestão Pública (NGP).

Segundo os mesmos autores, a Nova Gestão Pública baseia-se:

“na introdução de mecanismos de mercado e na adopção de ferramentas de gestão privada, na promoção de competição entre fornecedores de bens e serviços públicos, na expectativa da melhoria do serviço para o cidadão, no aumento da eficiência e na flexibilização da Gestão.” (p. 1)

Assim sendo, a Nova Gestão Pública tem a capacidade de transformar a composição da Administração Pública, ao promover a fragmentação, a autonomização e a separação de tarefas, sendo “reorganizadas em agências com um *core business* perfeitamente identificado”. Surge então a necessidade de criar um ou mais organismos com propósitos únicos e distintos, promotores de uma maior especialização, eficiência e controlo (Rodrigues & Araújo, 2005, p. 3).

Tavares e Camões (2005, p. 10) acrescentam que, de forma geral, a adoção de novas formas de governação dos serviços públicos está associada à necessidade de os municípios evitarem as limitações legais dos gastos públicos e, em simultâneo, de contornar a falta de flexibilidade na gestão do serviço público.

1.2 O Setor Empresarial Local

Em Portugal, a criação de empresas por iniciativa local surge, com dimensão significativa, apenas no final da década de após a publicação da Lei n.º 58/98, de 18 de agosto. Antes dessa altura, apesar de haver uma autorização expressa na lei das autarquias locais de 1977¹, a criação de empresas locais ou empresas públicas locais “assumiu um carácter pontual e episódico” (Comissão de Acompanhamento da Elaboração do Livro Branco do Sector Empresarial Local, 2011).

Sujeito a várias legislações e reformas desde o seu aparecimento, o Setor Empresarial Local (SEL) rege-se, desde 2012, pelo Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais, aprovado pela Lei nº50/2012 de 31 de agosto. Esta lei define, relativamente ao seu âmbito de aplicação, duas realidades: as participações locais e a atividade empresarial local.

Segundo o artigo 3.º deste diploma, as participações locais são “todas as participações sociais detidas pelos municípios, pelas associações de municípios, independentemente da respetiva tipologia, e pelas áreas metropolitanas em entidades constituídas ao abrigo da lei comercial que não assumam a natureza de empresas locais” e inclui neste conjunto as sociedades comerciais participadas (Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto).

No que diz respeito à atividade empresarial local, o artigo 2.º afirma que esta é “desenvolvida pelos municípios, pelas associações de municípios, independentemente da respetiva tipologia, e pelas áreas

¹ O artigo 48.º, n.º 1, alínea o), da Lei n.º 79/77, de 25 de Outubro, atribuía à assembleia municipal a competência para “autorizar o município a integrar-se em federações de municípios, a associar-se com entidades públicas, a participar em empresas regionais, ou a formar empresas municipais”.

metropolitanas, através dos serviços municipalizados ou intermunicipalizados e das empresas locais” (Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto). Assim, o diploma define dois atores no que diz respeito à atividade empresarial local: os serviços municipalizados e as empresas locais.

1.3 As Empresas Locais

Em Portugal, segundo dados da Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL) existiam, em 2017, 199 empresas locais. Mediante a sua natureza, as empresas locais integram a indicação da sua origem nas respetivas denominações: empresa municipal (EM), empresa intermunicipal (EIM) ou empresa metropolitana (EMT). Em Portugal, predominam as empresas municipais.

A motivação para a criação das empresas locais reside, segundo o inquérito² realizado para o *Relatório Final da Consultoria Técnica para Elaboração do Livro Branco do Sector Empresarial Local (SEL)* (Comissão de Acompanhamento da Elaboração do Livro Branco do Sector Empresarial Local, 2011), na “melhoria na qualidade dos serviços prestados” (62%) e na “melhoria na eficiência de gestão” (59%).

Em concordância, Mafra (2013, p. 50), afirma que a criação da figura da empresa municipal tem em vista a obtenção de uma forma de agilizar e melhorar a qualidade dos serviços prestados aos munícipes, através do desenvolvimento de empresas economicamente viáveis.

² No âmbito do *Relatório Final da Consultoria Técnica para Elaboração do Livro Branco do Sector Empresarial Local* foi efetuado um inquérito por questionário com duas partes, uma primeira dirigida às autarquias e uma segunda dirigida a cada entidade do SEL. As diferentes naturezas – municipal, intermunicipal, metropolitana – implicam que a mesma entidade SEL foi objeto de resposta por mais do que um município.

Numa outra perspectiva, Tavares e Camões (2010, p. 9), afirmam que "as empresas municipais permitem reduzir os custos de influência de maneira significativa" pelo facto de isolarem o fornecimento de serviços específicos da competição por recursos e orçamentos, por reduzirem o número de transferências entre serviços e por estimularem a procura por receitas próprias. Os autores acrescentam ainda que, de acordo com Clingermayer e Feiock, as autarquias e as diferentes associações de municípios, pela periodicidade eleitoral inerente, estão muito mais sujeitas a custos de influência do que as empresas municipais. (citado em Tavares e Camões, 2001, p. 9).

Acresce que todas as empresas municipais são caracterizadas pela alta flexibilidade da organização e têm maior discricção para firmar contratos com outras organizações públicas ou privadas (Tavares e Camões, 2005, p. 10).

O fator *know-how* poderá também ser relevante, na medida em que os municípios não possuem, *a priori*, as capacidades técnicas necessárias para responder aos serviços requeridos pelos munícipes. Assim, o conceito de "empresa municipal" permite justificar a alocação de determinados serviços da administração local ao setor empresarial, submetido à concorrência do mercado.

O inquérito realizado no âmbito do estudo de Rodrigues e Araújo (2005) conclui que a maioria dos inquiridos "consideram as empresas municipais estruturas organizacionais, com grande capacidade de se adaptarem ao mercado e de promoverem a eficiência. São tidos como organismos muito flexíveis. Flexibilização esta conseguida à custa da utilização, nos processos de gestão, de instrumentos de gestão privada." (p.6). Os resultados mostraram ainda que "os municípios preferem a solução das empresas municipais por ser mais fácil influenciar a sua gestão." (p. 10).

O mesmo estudo analisou ainda o nível de profissionalização da gestão pública no caso das empresas municipais. Os resultados mostraram que a formação académica e a experiência profissional dos cargos superiores não correspondem aos pressupostos definidos pela NGP: formação específica na área da gestão e experiência profissional em cargos de gestão. De facto, “a experiência profissional dos gestores das empresas municipais analisadas resulta do exercício de cargos públicos/políticos, e a formação académica é muito diversificada.” (Rodrigues e Araújo, 2005, p. 9).

No caso português, conforme descrito por Tavares e Camões (2005, p. 12), a liderança das empresas municipais tem sido associada aos líderes locais eleitos, sendo o presidente da câmara a assumir, frequentemente, a posição de Presidente do Conselho de Administração ou outro cargo equivalente.

Por serem municipais, estas empresas sofrem, direta ou indiretamente, influência por parte de uma entidade pública, que se reflete, além do direito de designação e destituição de membros da gestão, administração ou fiscalização, na detenção pública da maioria do capital ou dos direitos de voto (Direção-Geral das Autarquias Locais, 2010).

“A atribuição de subsídios à exploração pelas entidades públicas participantes no capital social exige a celebração de um contrato-programa.” (Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto).

A capacidade financeira das empresas municipais é proveniente, na sua grande maioria, das transferências de verbas da Autarquia, na forma de pagamentos de serviços ou de contratos-programa devidamente titulados. Salvaguardam-se os casos em que as empresas municipais, para cumprimento do seu objeto social, são prestadoras de

serviços/fornecedoras de bens em que, inerentemente, há lugar a receitas decorrentes da sua atividade (abastecimento público de água, gestão de resíduos urbanos e limpeza pública, transporte de passageiros, entre outras).

Quanto ao propósito da sua atividade, o ponto 1 do artigo 20.º da Lei 50/2012 define que “as empresas locais têm como objeto exclusivo a exploração de atividades de interesse geral ou a promoção do desenvolvimento local e regional, nos termos do disposto nos artigos 45.º e 48.º, de forma tendencialmente autossustentável.

Assim, no que diz respeito à exploração de atividades de interesse geral, insere-se: a promoção e gestão de equipamentos coletivos e a prestação de serviços na área da educação, ação social, cultura, saúde e desporto; a promoção, gestão e fiscalização do estacionamento público urbano; o abastecimento público de água e saneamento de águas residuais urbanas; a gestão de resíduos urbanos e limpeza pública; o transporte de passageiros; a distribuição de energia elétrica em baixa tensão (artigo 45.º).

Ao nível do desenvolvimento local e regional, a lei inclui: a promoção, manutenção e conservação de infraestruturas urbanísticas e gestão urbana; a renovação e reabilitação urbanas e gestão do património edificado; a promoção e gestão de imóveis de habitação social; a produção de energia elétrica; a promoção do desenvolvimento urbano e rural no âmbito intermunicipal (artigo 48.º).

São, portanto, impossibilidades, a criação de empresas para o desenvolvimento de atividades de natureza exclusivamente administrativa ou de intuito predominantemente mercantil e ainda de empresas cujo objeto não esteja no âmbito das atribuições da autarquia ou associação de municípios respetiva (artigo 20.º).

No caso específico do Município do Porto, do total das cinco empresas municipais, três atuam no âmbito da exploração de atividades de interesse geral – Águas do Porto, EM; Porto Lazer, EM; EMAP – enquanto que a GO Porto, EM e a Domus Social, EM debruçam a sua atividade no desenvolvimento local e regional.

2. A COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL

2.1 *A comunicação nas instituições públicas*

Kreps (citado em Ruão, 1999) define a comunicação organizacional como o:

“o processo através do qual os membros de uma organização reúnem informação pertinente sobre esta e sobre as mudanças que ocorrem no seu interior, e a fazem circular endógena e exogenamente. A comunicação permite às pessoas gerar e partilhar informações, que lhes dão capacidade de cooperar e de se organizarem” (p. 183)

Atualmente, a comunicação é amplamente reconhecida como essencial ao funcionamento de qualquer organização, “encarada como algo fundamental e uma área estratégica” (Kunsch, 2012, p.13).

De facto, o papel e a importância da comunicação nas organizações públicas têm vindo a ser explorados por vários autores (Camilo, 1999; Costa, 2005; Costa, 2016; Duarte, s/d; Pinto, 2013; Sousa *et al*, 2009).

Nas últimas décadas, a comunicação nas instituições públicas tem, efetivamente, vindo a adaptar-se à realidade e panorama político, mudando e adotando novas estratégias que atinjam com maior assertividade os seus públicos-alvo e que façam passar as diferentes mensagens de forma mais eficaz.

Costa (2005, p. 73) afirma que, “ao nível das câmaras municipais, assistimos, nos últimos anos, a uma crescente estruturação, organização e profissionalização das estruturas que trabalham na área da comunicação.”.

Walsh (1994, p. 63) vai mais longe e defende que, só a partir do início dos anos 90, o marketing nos serviços públicos deixou de ser utilizado apenas em técnicas específicas e passou a integrar planos e orientações estratégicas. O autor afirma ainda que, como resultado da integração e interesse no marketing para o setor público, observa-se um fenómeno de profissionalização e abertura a cargos de marketing e relações públicas nos órgãos públicos, por vezes com unidades específicas dedicadas apenas a esta área (p. 65).

Kunsch (2012, p. 15) considera que “a instituição pública/governamental deve ser hoje concebida como instituição aberta, que interage com a sociedade, com os meios de comunicação e com o sistema produtivo. Ela precisa atuar como um órgão que extrapola os muros da burocracia para chegar ao cidadão comum, graças a um trabalho conjunto com os meios de comunicação”.

No entanto, apesar das provas dadas da importância protagonizada pela comunicação, a mesma assume contornos diferentes quando inserida no âmbito da atividade de uma instituição pública. O maior escrutínio a que estas entidades são sujeitas por parte dos cidadãos, o teor incontornavelmente político da sua atividade e, muitas vezes, os métodos ainda tradicionais e burocráticos de a comunicar, condicionam a forma como a comunicação é encarada e praticada no seio das instituições públicas.

Na perspetiva apresentada por Costa (2016, p. 40) “é através da aposta numa comunicação pública, em conciliação com a comunicação

organizacional, que reside o “segredo” para a sobrevivência das instituições públicas, que são, nos dias que correm, alvo de um quase total descrédito por parte dos cidadãos.”

Assim, na opinião da autora, o conceito de comunicação pública tem vindo a ser encarado como “uma boa forma de melhorar a qualidade da relação entre o cidadão e as instituições que atuam com questões de interesse público.” (Costa, 2016, p. 40).

Desta forma, e apesar de haver uma propensão para a desconexão dos cidadãos no que diz respeito aos assuntos relacionados com as instituições públicas, esta tendência tem vindo a alterar-se com a busca por informação transparente e fidedigna e pela valorização da cidadania, através da oportunidade para participar na vida política. Assim, a comunicação pública precisa de utilizar os mecanismos corretos para corresponder às exigências do cidadão atual.

Segundo Duarte (s.d., p. 2), fazer comunicação pública é “assumir a perspectiva cidadã na comunicação envolvendo temas de interesse coletivo”. Assim sendo, a comunicação pública deverá ser o mais transparente possível, de forma a permitir “um relacionamento das instituições com o cidadão” (Costa, 2016, p. 41).

Para Costa (2016, p. 41), alcançar estes objetivos passa pela apropriação dos meios de comunicação por parte das instituições para que “atuem através deles de forma estratégica e democrática. Assim, os cidadãos, ao terem acesso a mais informações e a um melhor conhecimento das atividades que as instituições desenvolvem, podem mobilizar-se de forma a participar mais efetivamente das discussões públicas e começar a encarar as instituições públicas de uma outra forma.”.

2.2 A comunicação municipal

Camilo (1999, p. 1) define a comunicação municipal como “um conjunto de actividades, verbais ou extra-verbais, concretizadas pelos municípios ou tende-os por referência, que visa legitimar os seus valores, actividades e objectivos.”.

O autor defende ainda que, à semelhança da comunicação organizacional, a comunicação municipal “tem vindo progressivamente, a ganhar importância para as edilidades ao ser explorada como um instrumento, entre tantos outros utilizados pelos municípios, para alcançar objectivos municipais específicos, independentemente da sua natureza política ou administrativa.” (p. 1).

Para Alhama (2010, p. 47), a comunicação pública no contexto municipal constitui uma ferramenta *poderosa* que permite explicar, justificar e, conseqüentemente, legitimar as decisões políticas tomadas em cada mandato ou período político. Assim, conclui-se que, nos dias de hoje seria impraticável fazer a gestão de uma entidade municipal sem recorrer à comunicação permanente, eficaz e transparente aos olhos dos públicos-alvo. Canel (2006, p. 19) afirma inclusive que “não há instituição pública sem comunicação”.

Camilo (2010, p. 115), entende que a dicotomia em que se inserem as entidades municipais – componente administrativa e componente pública – é refletida no processo de comunicação ao ponto de afetar a especificidade dos públicos-alvo. Assim, o autor distingue utentes de munícipes, “conforme são destinatários de mensagens relativas a tópicos administrativos ou políticos”, respetivamente. Para o autor, “os utentes são uma espécie de “consumidores municipais” e, nesta medida, são concebidos como públicos-alvo de mensagens que estão relacionadas com a publicitação das infraestruturas públicas e com a sensibilização

para determinados comportamentos colectivos.”. Assim, o efeito da comunicação com este público materializa-se, sobretudo, na mudança de comportamentos que evidenciam o bem comum.

De outra forma, os munícipes são “cidadãos politicamente activos nas circunscrições territoriais, essenciais para legitimar politicamente a actuação dos municípios.” Junto deste público, os efeitos comunicacionais resultam na formação de opiniões públicas que, a curto médio ou longo prazo perfazem implicações político-eleitorais (Camilo, 2010, p. 115).

3. A COBERTURA NOTICIOSA

3.1 *Os valores-notícia*

Galtung & Ruge (1965) foram pioneiros na identificação de um conjunto de características presentes nos acontecimentos noticiados, proeminentes e determinantes para a decisão de, efetivamente, os noticiar. O estudo, que se tornou uma referência incontornável na investigação sobre jornalismo, definia vinte critérios: a *frequência*, a *amplitude*, a *intensidade absoluta*, o *aumento da intensidade*, a *inequivocidade*, a *significância*, a *proximidade cultural*, a *relevância*, a *consonância*, a *previsibilidade*, a *exigência*, a *improbabilidade*, a *imprevisibilidade*, a *escassez*, a *continuidade*, a *composição*, a *referência a nações de elite*, a *referência a pessoas de elite*, a *referência a pessoas* e a *referência a algo negativo* (pp. 70-71).

Ao longo da evolução dos estudos teóricos sobre jornalismo, a primeira abordagem de Galtung & Ruge (1965) foi sendo revista, colmatada e adaptada por autores como Wolf (2003), Gans (2004) ou Traquina (2008).

Segundo o autor português, a noticiabilidade de um acontecimento materializa-se no cumprimento de um “conjunto de critérios e operações que fornecem a aptidão de merecer um tratamento jornalístico, isto é, possuir valor como notícia” (Traquina, 2008, p. 63). Por sua vez, Traquina define estes mesmos critérios como uma série de valores-notícia que condicionam a suscetibilidade de um acontecimento ou assunto se tornar notícia (2008, p. 63).

O autor vai ainda mais longe, ao afirmar que os valores-notícia são inerentes a todo o processo de produção jornalística: da seleção dos acontecimentos à elaboração da notícia. Surge, então, a necessidade de um novo modelo de classificação dos valores-notícia, mediante a fase do ciclo de produção da notícia onde são recrutados: os valores-notícia de seleção e os valores-notícia de construção (Traquina, 2008, p. 78).

Conforme definido pelo autor, os valores de seleção correspondem aos critérios que os jornalistas utilizam para selecionar os acontecimentos que, no conjunto exaustivo de acontecimentos do dia-a-dia, *merecem* ser trabalhados em termos jornalísticos. Dentro dos valores-notícia de seleção podem ser ainda distinguidos dois subconjuntos: os critérios substantivos e os critérios contextuais. Os primeiros decorrem da avaliação imediata da importância/interesse do acontecimento enquanto notícia enquanto que os segundos estão relacionados com o contexto em que ocorre a produção de notícias (Traquina, 2008, p. 78). Por sua vez, os valores-notícia de construção determinam a estrutura da notícia e funcionam como linhas orientadoras para a produção do conteúdo noticioso, definindo os pontos a realçar, a omitir e a priorizar na construção do acontecimento como notícia (Traquina, 2008, p. 91).

Tendo por base estas definições e a teoria inicial de Wolf (2003), o autor elenca, na sua obra, os vários valores-notícia correspondentes às diferentes fases do processo de produção noticiosa. No que diz respeito

aos valores-notícia de seleção em termos de critérios substantivos, surge: a *morte*, a *notoriedade*, a *proximidade*, a *relevância*, a *novidade*, o *tempo* (atualidade), a *notabilidade*, o *inesperado*, o *conflito* (ou *controvérsia*), a *infração* e o *escândalo*. Em termos de critérios contextuais, são mencionados cinco valores-notícia de seleção: a *disponibilidade*, o *equilíbrio*, a *visualidade*, a *concorrência* e o *dia noticioso*. Por último, os valores-notícia de construção materializam-se na *simplificação*, na *amplificação*, na *relevância*, na *personalização*, na *dramatização* e na *consonância* (Traquina, 2008, pp. 79-88).

3.2 As fontes de informação

Tal como Ribeiro (2009, p. 7) afirma, em “Fontes Sofisticadas de Informação: Análise do produto jornalístico político da imprensa nacional diária de 1995 a 2005” a preponderância das fontes oficiais no processo noticioso materializa um *nevoeiro adensado* que “configura uma manifesta dependência dos jornalistas em relação à informação providenciada pelas instâncias de poder.”

De facto, a produção de notícias e de conteúdo noticioso envolve uma série de fases, muitas vezes invisíveis para o leitor, operacionalizadas pelos jornalistas. Estas fases passam, em parte, por fatores externos ao meio de comunicação. A escolha das fontes consultadas é determinante para o conteúdo das notícias já que, segundo Sigal (citado em Ribeiro, 2009, p. 13), estas dependem daquilo que as fontes transmitem e do tipo de fontes – oficiais ou não oficiais – consultadas, independentemente da mediação dos meios de comunicação e dos jornalistas. Ribeiro (2009) acrescenta ainda que, “ao privilegiar umas fontes em detrimento de outras, o jornalista já está a influenciar o conteúdo das notícias” (p. 13).

Para isto, Stuart Hall et al. (1999, p. 253) avançam com os conceitos de “definidores primários” e “definidores secundários” dos eventos sociais. Segundo os autores, os *definidores primários* são os porta-vozes oficiais do poder, a quem os media dão preferência quando se trata da obtenção de informações e opiniões. Os autores defendem, aliás, que estes porta-vozes usufruem, face ao cidadão comum, de acesso privilegiado a informação especializada em temas relevantes.

Segundo Nelson Traquina (1993), no campo jornalístico opera a convenção da “credibilidade da autoridade”, ou seja “quanto mais alta é a posição do informador melhor é a fonte de informação”. De uma forma sucinta, esta perspetiva assume que a posição de autoridade confere credibilidade. “Algumas pessoas, pela posição que ocupam, sabem mais que outras pessoas; daí, devem ter acesso a mais factos e, então, a sua informação deve ser, em princípio mais correta” (p. 172).

Traquina (1993, p. 173) afirma ainda que “as pessoas com mais autoridade, essas que têm contactos regulares com os profissionais do campo jornalístico, permitindo assim provar a sua credibilidade, são favorecidas no processo de produção de notícias”. Aqui, a sua visão coincide com a posição de Herbert Gans (1979), quando este conclui que existe um acesso socialmente estratificado aos órgãos de informação.

Também Schlesinger (1993) e Blumer e Gurevitch (2005) sugerem o conceito do “acesso socialmente estratificado aos *news media*”. Assim, mediante a posição ou representação no espectro social, político e de opinião, os autores assumem que o acesso aos meios de comunicação enquanto fonte de informação é tanto mais facilitado quanto mais superior for a posição do indivíduo e/ou entidade.

Contudo, assiste-se, em simultâneo, a um fenómeno que dificulta a credibilidade do conteúdo noticioso. A existência de fontes não

específicas, ou seja, fontes citadas sem qualquer indicação de identidade ou filiação organizacional “acobertam, normalmente, pessoas com capacidade de decisão política ou grande relevância socioeconómica, assessores de imprensa (...) e os relações públicas” (Ribeiro, 2009, p. 63) é comum.

De facto, a produção noticiosa convive com este fenómeno, integrando-o nas regras e códigos deontológicos do jornalismo. A distinção feita pelo professor Melvin Mencher (1991) no âmbito da identificação das fontes é, precisamente, um reflexo dessa coexistência. Conforme citado em Ribeiro (2009, p. 63), Mencher distingue quatro níveis de atribuição da informação: “*on the record* (atribuição direta, para publicação), *off the record* (confidência total), *on background/not for attribution* (atribuição com reserva) e *on deep background* (atribuição com reserva total).”

Segundo o estudo de Jorge Pedro Sousa (2002, p. 15), sobre “*A utilização de fontes anónimas no noticiário político dos diários portugueses de referência*” predominam, na cobertura noticiosa, as fontes *on background*. Para o investigador, esta prevalência sobre as fontes *on deep background* reflete uma preocupação dos profissionais de jornalismo com a necessidade de credibilizar o mais possível a informação.

Considerando, ainda assim, que as empresas municipais, enquanto parte do universo da Câmara Municipal do Porto, se encontram, para a opinião pública, numa posição hierárquica inferior e que, para os órgãos de comunicação social, esta premissa não será diferente, o presente relatório irá tentar avaliar até que ponto as fontes efetivamente responsáveis pelos acontecimentos coincidem com as fontes a quem é atribuída a informação.

Capítulo IV – Research Design

Research Design

1. A HIERARQUIA DA CREDIBILIDADE

Os pressupostos teóricos defendidos por Stuart Hall et al. (1999), Nelson Traquina (1993) – com o conceito de “credibilidade da autoridade” – Herbert Gans (1979), Schlesinger (1993) e Blumer e Gurevitch (2005) – com a convenção do “acesso socialmente estratificado aos news media” – levaram Santos (1997) a definir o fenómeno da *hierarquia da credibilidade*: “os mais poderosos ou com estatuto social mais elevado terão as suas definições melhor bem aceites” (p. 29).

Esta hierarquia leva, tendencialmente, a que os jornalistas privilegiem as fontes de informação próximas ou representativas do poder, em detrimento das fontes que representam grupos ou indivíduos com uma menor influência social.

De facto, Hall considera mesmo que “os meios de comunicação social tendem a reproduzir, do ponto de vista simbólico, a estrutura existente do poder na ordem institucional da sociedade” (citado em Santos, 1997, p. 29).

Assim, considerando esta teoria, é possível inferir que, aplicadas as características e pressupostos da hierarquia da credibilidade, poderá ocorrer uma discrepância entre as fontes efetivamente responsáveis pelo acontecimento – pelo exercício da sua atividade – e as fontes explicitamente consultadas pelo órgão de comunicação social. Assim, apesar de não serem diretamente responsáveis pelo acontecimento, algumas fontes, pela sua posição hierárquica, são privilegiadas pelos media ao serem consultadas enquanto fontes primárias de informação.

Esta conjectura teórica será o ponto de partida deste relatório. A metodologia e hipóteses previstas e adotadas pretendem responder e verificar a convenção da hierarquia da credibilidade aplicada às fontes de informação provenientes das empresas municipais e das autarquias.

2. O ESTUDO DE CASO

Em *Fuzzy Set Social Science*, Ragin (2000) define o estudo de caso como uma estratégia de investigação baseada na pesquisa empírica aprofundada de um ou de um pequeno número de fenómenos de forma a explorar a configuração e características de cada caso para comprovar ou explicar um fenómeno mais abrangente, verificando ou criando teorias (p. 64-87).

Já na sua investigação *Constructing Social Research*, Ragin (1994) defendeu que o estudo de caso pretende “construir uma representação decente através de um estudo em profundidade de determinado fenómeno, observando os fatores num contexto global” (p. 109).

Dos vários tipos de estudo de caso elencados por Vennesson (2008) – o estudo de caso descritivo (*configurative-ideographic*), o estudo de caso interpretativo (*disciplined configurative*), o estudo de caso heurístico (*hypothesis-generating*) – o presente relatório terá por base um estudo de caso do tipo *theory-evaluating*. Este tipo de estudos de caso é utilizado para avaliar se as teorias e fundamentos teóricos adotados são responsáveis pelos processos e resultados dos objetos de análise selecionados (p. 227-228).

Para os objetivos deste relatório, o estudo de caso configura-se como a opção metodológica mais completa, ao estabelecer sinergias entre práticas da metodologia qualitativa e quantitativa refletidas,

inerentemente, nas técnicas que serão utilizadas e o tipo de dados que serão recolhidos.

Reichardt e Cook (1986) definiram, em *Hacia una superacion del enfrentamiento entre los metodos cualitativos y los cuantitativos* as características dos paradigmas qualitativo e quantitativo. No que diz respeito ao método quantitativo, há uma comum adoção do positivismo lógico, isto é, a procura pelas “causas dos fenómenos sociais, prestando escassa atenção aos aspetos subjetivos dos indivíduos”, bem como uma orientação objetiva para o resultado, tendo por base métodos rigorosos e controlados que permitam conclusões generalizáveis para confirmar ou comprovar teorias numa realidade assumida como “estável” (p. 29).

Para cumprir o principal propósito da investigação neste relatório, será adotada a técnica de análise de conteúdo, cujos pressupostos serão descritos mais à frente neste relatório.

Após a aplicação da análise de conteúdo aos dados recolhidos, o último passo da metodologia prevê a comparação entre casos, respondendo aos objetivos descritivos e analíticos vinculados pela pergunta de investigação proposta.

3. CASOS EM ANÁLISE

O tema da investigação estará, como já mencionado, subordinado à análise comparada das fontes de informação consultadas na cobertura noticiosa da atividade das empresas municipais do Município do Porto pelo que os casos escolhidos serão, precisamente as cinco empresas municipais do universo da autarquia portuense.

A GO Porto, EM (criada com o nome Gestão de Obras Públicas), fundada em 9 de agosto de 2000, tem como objeto social o exercício da

atividade de gestão de obras públicas para a autarquia portuense e para outras entidades, públicas ou privadas. “Com a ampliação, em 2016, do seu objeto social, a GO Porto viu o seu perímetro de atuação ser alargado à gestão, promoção e exploração do património não habitacional, das infraestruturas e equipamentos urbanísticos do Município do Porto.” (in <http://www.gopcmp-em.pt/gestao-e-exploracao/gestao-e-exploracao> consultado a 10 de outubro de 2018).

A CMPH - Domus Social - Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto, EM, foi constituída em 2000 e “tem por objeto a promoção da cidade do Porto na área da habitação, a gestão do parque de habitação pública municipal, a manutenção e conservação de todo o património imobiliário, equipamentos e infraestruturas municipais, bem como a elaboração, desenvolvimento e implementação de projetos na área social.” (in http://www.domussocial.pt/domussocial/quem-somos_2 consultado a 10 de outubro de 2018).

Em outubro de 2006, é constituída a Águas do Porto, EM para dar continuidade aos serviços prestados pelos SMAS (Serviços Municipalizados de Água e Saneamento) do Porto. O seu objeto social corresponde à gestão integrada e sustentável de todo o ciclo urbano da água no Município do Porto, englobando áreas de atividade como: distribuição de água, drenagem e tratamento de águas residuais, reabilitação de ribeiras, gestão de praias e drenagem de águas pluviais. (in https://www.aguasdoporto.pt/assets/misc/img/Empresa/AP_RC2013.pdf consultado a 10 de outubro de 2018).

Pela mesma altura é criada a Porto Lazer, EM, que tem por objetivo reforçar a dinâmica e a diversidade de oferta da cidade em áreas como a animação, o desporto e o lazer. Paralelamente à gestão, promoção e organização de toda a programação do Natal, Fim de Ano, Festas de São João e de Verão, a Porto Lazer é ainda responsável pela produção e supervisão das atividades físicas e desportivas de âmbito municipal. No

âmbito das suas competências, cabe ainda à Porto Lazer a gestão de vários equipamentos, como as piscinas, pavilhões e grandes campos municipais, mas também de outros espaços do município. (in http://www.portolazer.pt/empresa/apresentacao_2 consultado a 10 de outubro de 2018).

Por fim, em fevereiro de 2017, é criada a Porto Ambiente – EMAP (Empresa Municipal do Ambiente do Porto), responsável pela gestão do sistema de resíduos urbanos e pela limpeza do espaço público. Assim, a Porto Ambiente assegura a recolha e transporte dos resíduos recicláveis, urbanos indiferenciados ou equiparados, recolhidos/produzidos no município, fazendo também a recolha seletiva de resíduos orgânicos. (in <http://www.portoambiente.pt/porto-ambiente/quem-somos> consultado a 10 de outubro de 2018).

4. TRATAMENTO DOS DADOS

4.1 *A análise de conteúdo*

Berelson (1952, 1968 citado em Carmo & Ferreira, 2008) definiu a análise de conteúdo como “uma técnica de investigação que permite fazer uma descrição objectiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto das comunicações, tendo por objectivo a sua interpretação.” (p. 269).

As características de objetividade, sistematização e quantificação desta técnica são essenciais para a validade desta ferramenta na recolha de dados. Assim, o presente relatório irá definir regras claras sobre os termos, as categorias e as frequências a analisar no caso específico desta investigação.

A análise de conteúdo pode, de facto, ocorrer em duas prespetivas: quantitativa e qualitativa. Segundo Carmo e Ferreira (2008), a principal

distinção entre as duas visões reside no aspeto da informação ao qual é dada a importância:

“na análise quantitativa, o que é mais importante é o que aparece com frequência, sendo o número de vezes o critério utilizado, enquanto que numa análise qualitativa, a noção de importância implica a novidade, o interesse, o valor de um tema” (p. 271)

Os autores fazem ainda uma distinção entre análise quantitativa direta e indireta. No caso específico deste relatório, será adotada a análise quantitativa direta, definida como a procura exclusiva, em termos estatísticos, do número de vezes que certos termos surgem no *corpus* empírico.

4.2 *O corpus empírico*

Parte integrante do desenvolvimento da técnica de análise de conteúdo, a constituição de um corpus empírico passa pela escolha dos documentos, através dos quais serão recolhidos os dados sujeitos à análise de conteúdo.

O espaço temporal da análise, considerando os prazos estipulados para a entrega do Relatório de Investigação e o tempo de inserção em contexto de estágio, compreende o período entre 1 de julho e 31 de dezembro de 2018. As notícias a analisar serão todas as que incidirem sobre acontecimentos decorrentes da atividade das empresas municipais do universo autárquico do município do Porto, nos seguintes órgãos de comunicação social: *Público* e *Público Porto*, *Diário de Notícias*, *Correio da Manhã* e *Correio da Manhã Norte*, *Jornal de Notícias* e *Jornal de Notícias Porto*, *TSF*, *Antena 1*, *RTP 1*, *RTP 3* e *Porto Canal* e as respetivas versões *online*, no período entre 1 de julho e 31 de dezembro de 2018.

Os jornais diários *Público* e *Diário de Notícias* são muitas vezes caracterizados por apresentarem “os traços distintivos da imprensa de referência (*quality press*), como a sobriedade gráfica e estilística e a predominância de temas políticos, sociais, económicos e culturais”. Por outro lado, o *Correio da Manhã* “insere-se na chamada imprensa popular (*popular press*) que, para além da exuberância gráfica e do estilo sensacionalista, privilegia claramente os *fait-divers*, o desporto e a agenda de espetáculos em detrimento dos grandes assuntos da atualidade”. O *Jornal de Notícias* acaba por se situar numa categoria híbrida, “a meio caminho entre a imprensa de referência e a imprensa popular” (Ribeiro, 2009). A inclusão das versões locais destes jornais – *Público Porto*, *Correio da Manhã Norte* e *Jornal de Notícias Porto* – é justificada pelo facto de a cobertura noticiosa nestas versões ser mais minuciosa, pela proximidade geográfica dos acontecimentos.

No que diz respeito às estações de rádio, foi adotado o critério da imprensa de referência e, nesse sentido, foram escolhidas as duas estações de rádio que, por excelência, privilegiam o espaço noticioso, em detrimento do entretenimento. O mesmo critério foi ainda o escolhido para a seleção das estações televisivas *RTP 1* e *RTP 3* e para a escolha do *Porto Canal* foi adotado o critério de proximidade geográfica.

4.3 *As categorias*

Segundo Carmo e Ferreira (2008), a escolha das categorias é fundamental na técnica da análise de conteúdo. Para este passo, os autores citam Grawitz (1993) para definir as categorias enquanto “rubricas significativas, em função das quais o conteúdo será classificado e eventualmente quantificado” (p. 273).

Dada a importância da definição destas rubricas, os autores propõem ainda algumas características essenciais neste aspeto. Assim,

para Carmo e Ferreira (2008), as categorias deverão ser exaustivas, exclusivas, objetivas e pertinentes (p. 273-274).

No caso específico deste relatório e, de forma a manter uma forte relação com os objetivos do estudo e com o conteúdo em análise, foram definidas as seguintes categorias para aplicação na grelha de análise:

- a. 'título da notícia': compreende o preenchimento literal do título da notícia atribuído pelo órgão de comunicação social. As variáveis são distintas caso a caso.
- b. 'órgão de comunicação social': compreende o preenchimento do órgão de comunicação social produtor da notícia. As variáveis poderão assumir vinte valores: 'Público', 'Público Online', 'Público Porto', 'Diário de Notícias', 'Diário de Notícias Online', 'Correio da Manhã', 'Correio da Manhã Online', 'Correio da Manhã Norte', 'Jornal de Notícias', 'Jornal de Notícias Online', 'Jornal de Notícias Porto', 'TSF', 'TSF Online', 'Antena 1', 'Antena 1 Online', 'RTP 1', 'RTP 3', 'RTP Online', 'Porto Canal' e 'Porto Canal Online'.
- c. 'data': compreende o preenchimento da data da publicação da notícia. As variáveis poderão assumir 183 valores, correspondentes ao número de dias do período temporal escolhido.
- d. 'empresa municipal associada': compreende o preenchimento da empresa municipal cujo decorrer da atividade resultou no acontecimento noticiado. Para esta categorização, serão utilizadas também informações internas, obtidas através do contexto de estágio profissional para confirmar a empresa municipal responsável pelo acontecimento. Assim, as variáveis poderão assumir cinco valores: 'Porto Lazer', 'Domus Social', 'Porto Ambiente', 'Águas do Porto' e 'GO Porto'.

- e. ‘presença explícita de fontes de informação’: compreende o preenchimento positivo ou negativo da presença ou ausência explícita de fontes de informação. As variáveis irão assumir, desta forma, um valor positivo ‘sim’ em caso da presença explícita de fontes de informação, e um valor negativo ‘não’, no caso de se verificar uma ausência destes elementos.
- f. ‘fontes de informação consultadas’: no caso de um preenchimento positivo da categoria anterior com o termo ‘sim’, esta categoria reflete quais os termos de pesquisa encontrados ao nível das fontes de informação. As variáveis irão assumir os valores dos termos de pesquisa adotados ou termos equivalentes, sendo distintas de caso para caso.
- g. ‘cargos das fontes de informação consultadas’: esta categoria compreende um cruzamento das fontes de informação registadas na categoria anterior com os cargos e critérios adotados para os termos de pesquisa e, em simultâneo, com o conhecimento adquirido no contexto de estágio profissional.

4.4 *Os termos de pesquisa*

A definição dos termos de pesquisa a adotar numa análise de conteúdo passam, em primeiro lugar, pela definição das unidades de análise.

Considerando os objetivos a que se propõe este relatório e a análise eminentemente estatística e quantitativa do corpus empírico, serão definidas várias unidades de registo formais. De acordo com Carmo e Ferreira (2008), a unidade de registo “é o segmento mínimo de conteúdo que se considera necessário para poder proceder à análise, colocando-o numa dada categoria.”. Para os autores, uma unidade de registo formal pode ser uma palavra, uma frase ou uma personagem (p 275).

Assim, as unidades de registo formais serão materializadas nos termos de pesquisa definidos. Tendo em conta a variável mais relevante para este estudo, a fonte de informação, os termos de pesquisa irão corresponder, no fundo, às possíveis fontes de informação a serem consultadas nas cinco empresas municipais e, para efeitos de comparação, na autarquia.

GO Porto	"website/comunicado da empresa municipal"
	"empresa de obras do Porto"
	"Gestão e Obras do Porto"
	"GO Porto"
	Catarina Araújo (Presidente do Conselho de Administração)
	Cátia Meirinhos (Vice-Presidente do Conselho de Administração)
	Manuel Aranha (Administrador Executivo)
Domus Social	"website/comunicado da empresa municipal"
	"Domus Social"
	Fernando Paulo (Presidente do Conselho de Administração)
	Barbosa Pinto (Vice-Presidente do Conselho de Administração)
Águas do Porto	"website/comunicado da empresa municipal"
	"Águas do Porto"
	Frederico Fernandes (Presidente do Conselho de Administração)
	Mário Pinto (Vice-Presidente do Conselho de Administração)
Porto Lazer	"website/comunicado da empresa municipal"
	"Porto Lazer"
	Catarina Araújo (Presidente do Conselho de Administração)
	Nuno Lemos (Administrador Executivo)
Porto Ambiente	"website/comunicado da empresa municipal"
	"Porto Ambiente"
	"EMAP"
	Artur Jorge Basto (Presidente do Conselho de Administração)
Câmara Municipal do Porto	Luís Assunção (Vice-Presidente do Conselho de Administração)
	Ana Cristina Viera e Leite da Silva (Vogal do Conselho de Administração)
	"autarquia"
	Filipe Araújo (Vice-Presidente da CMP)
Câmara Municipal do Porto	"o município" / "o município do Porto"
	"página da internet oficial"
	"Câmara Municipal do Porto"
	Rui Moreira (Presidente da CMP)
	"gabinete de imprensa" / "comunicado"

Tabela 2 – Termos de pesquisa para a análise de conteúdo

5. HIPÓTESES

Considerando os aspetos descritos anteriormente, a metodologia adotada e os propósitos deste relatório de investigação procuram-se testar as seguintes hipóteses: **H1. A cobertura noticiosa privilegia fontes mais próximas do topo da hierarquia.** Esta hipótese pretende responder e verificar a convenção da hierarquia da credibilidade aplicada às fontes de informação provenientes das empresas municipais e das autarquias. Assim, para confirmar esta hipótese, de que as fontes mais próximas do poder têm um acesso privilegiado ao espaço mediático e que, por isso, são favorecidas no processo de produção de notícias, será explorada a componente analítica da pergunta de investigação: as fontes responsáveis pelos acontecimentos – empresas municipais – são efetivamente as fontes mais consultadas ou se, pelo contrário, a fonte privilegiada é a autarquia. Para operacionalizar esta análise, será calculada a proporção de notícias entre os atores – empresas municipais e autarquia – no período analisado. **H2. As fontes de informação da Porto Lazer, EM, são as mais consultadas, em termos relativos, dentro do conjunto das restantes empresas municipais.** **H3. As fontes de informação da GO Porto, EM são as menos consultadas, em termos relativos, dentro do conjunto das restantes empresas municipais.** A segunda e a terceira hipótese respondem à componente descritiva da pergunta de investigação, que pretende perceber quais as empresas municipais que são mais e menos citadas na cobertura noticiosa enquanto fontes de informação. As suposições aqui expostas decorrem de uma análise superficial dos dados, bem como do pressuposto de que o teor do objeto social de cada uma das empresas municipais terá influência na sua presença nas notícias, enquanto fontes. Partindo da fundamentação teórica exposta previamente ao nível dos valores-notícia, presume-se que o facto de a Porto Lazer, EM ter uma atividade eminentemente promocional e a GO Porto, EM ter uma atividade mais *funcional* poderão condicionar a sua acessibilidade à cobertura noticiosa de uma maneira positiva e negativa, respetivamente.

Capítulo V – Análise dos Dados

Análise dos Dados

No decorrer desta secção, será feita uma análise dos dados considerando as categorias da análise de conteúdo previamente definidas e tendo por base os termos de pesquisa adotados. Em primeiro lugar, será feita uma análise holística e, posteriormente, será feita uma análise específica por empresa municipal.

No total, foram recolhidas 235 notícias, produzidas no período entre 1 de julho e 31 de dezembro de 2018. O gráfico abaixo ilustra a distribuição das mesmas por ‘empresa municipal associada’.

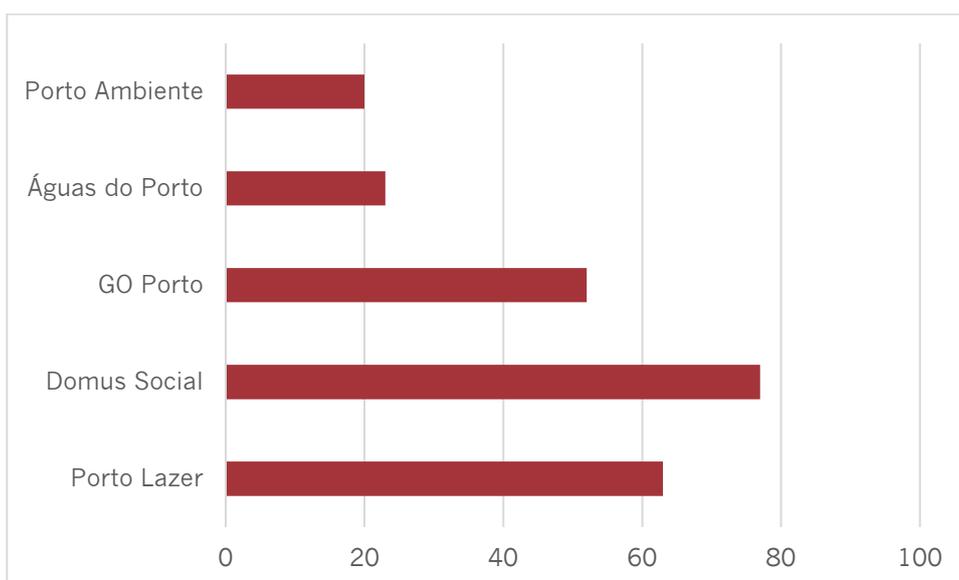


Gráfico 1 – Número de notícias por empresa municipal associada

A cobertura noticiosa de acontecimentos relacionados com a atividade da Domus Social materializou-se num total de 77 notícias sendo, por isso, a empresa municipal com mais notícias associadas no período analisado. Em seguida, com 63 notícias, encontra-se a Porto Lazer. Com 52 notícias, a GO Porto e, por fim, com valores bastante inferiores, a Águas do Porto – com 23 notícias – e a Porto Ambiente, com 20 notícias.

1. DOMUS SOCIAL

De acordo com a grelha de análise elaborada (ver apêndice 1), a Domus Social, no total de 77 notícias, registou 67 notícias com ‘presença explícita de fontes de informação’, cerca de 87% do total.

Destas 67 notícias, 42 consultaram apenas fontes da autarquia. Mais especificamente, 38 destas notícias identificam explicitamente o Presidente da Câmara do Porto, Rui Moreira, como fonte de informação. Conforme os dados recolhidos em apêndice, apenas 11 das notícias contemplaram fontes da empresa municipal, através do Vereador e Presidente do Conselho de Administração Fernando Paulo e/ou através de uso do nome da empresa. A presença de uma fonte da empresa municipal ocorreu em simultâneo com uma fonte da autarquia em 10 notícias. De notar que apenas numa ocasião a fonte da empresa municipal foi consultada sem o órgão de comunicação social ter recorrido a uma fonte da autarquia, como reflete o gráfico abaixo.

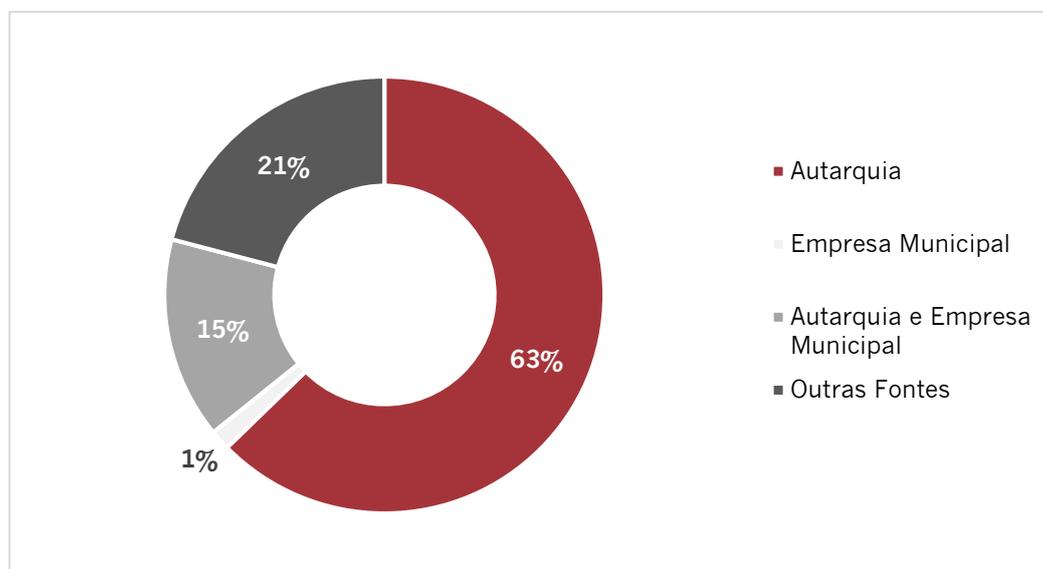


Gráfico 2 – Fontes de informação na cobertura noticiosa da atividade da Domus Social

Releva-se a presença expressiva da utilização exclusiva de outras fontes de informação na cobertura noticiosa dos acontecimentos

decorrentes da atividade da Domus Social. Entre estas fontes encontram-se, por exemplo, vereadores da oposição, presidentes de associações ou responsáveis e coordenadores de movimentos cívicos.

2. PORTO LAZER

Os resultados da grelha de análise mostram que, durante o período de análise, foram registadas 63 notícias relacionadas com acontecimentos decorrentes da atividade da Porto Lazer. Do total, 37 notícias, cerca de 59%, manifestaram uma ‘presença explícita de fontes de informação’.

Conforme explícito no gráfico abaixo, das 37 notícias, o número de vezes que foram consultadas fontes da autarquia foi igual ao número de vezes que foram consultadas fontes da empresa municipal – 9 ocasiões. Em 5 notícias, foram consultadas, em simultâneo, fontes da autarquia e da empresa municipal.

A empresa chegou mesmo a ser a única fonte consultada em 6 ocasiões. De facto, numa ocasião, foi consultado o Diretor de Comunicação da Porto Lazer (Jorge Rodrigues).

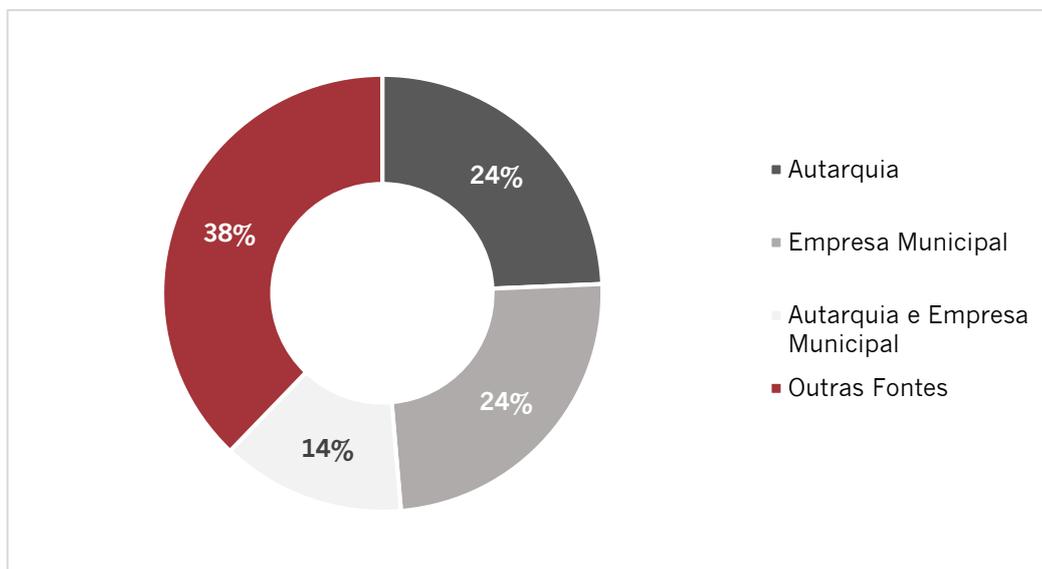


Gráfico 3 – Fontes de informação na cobertura noticiosa da atividade da Porto Lazer

A consulta exclusiva por outras fontes ocorreu em 14 ocasiões, incidindo essencialmente sobre diretores, coordenadores ou organizadores de iniciativas, festivais e eventos e ainda sobre presidentes ou responsáveis por associações locais.

3. GO PORTO

Com um total de 52 notícias, a GO Porto – Gestão e Obras do Porto foi a terceira empresa municipal com mais cobertura noticiosa dos acontecimentos associados à sua atividade. Deste total, 90% (47) das notícias registaram uma ‘presença explícita de fontes de informação’. Apenas em 5 ocasiões não foi mencionada nenhuma fonte de informação.

Considerando os termos de pesquisa atribuídos previamente a esta empresa municipal, foram registadas 8 ocasiões em que a GO Porto foi fonte explícita de informação. A autarquia surgiu como fonte de informação em 24 notícias. Em 11 ocasiões, a empresa municipal e a autarquia foram, simultaneamente, fontes de informação consultadas. Em 6 notícias, a GO Porto surgiu, de forma explícita, como a única fonte de informação consultada, como se pode observar no gráfico seguinte.

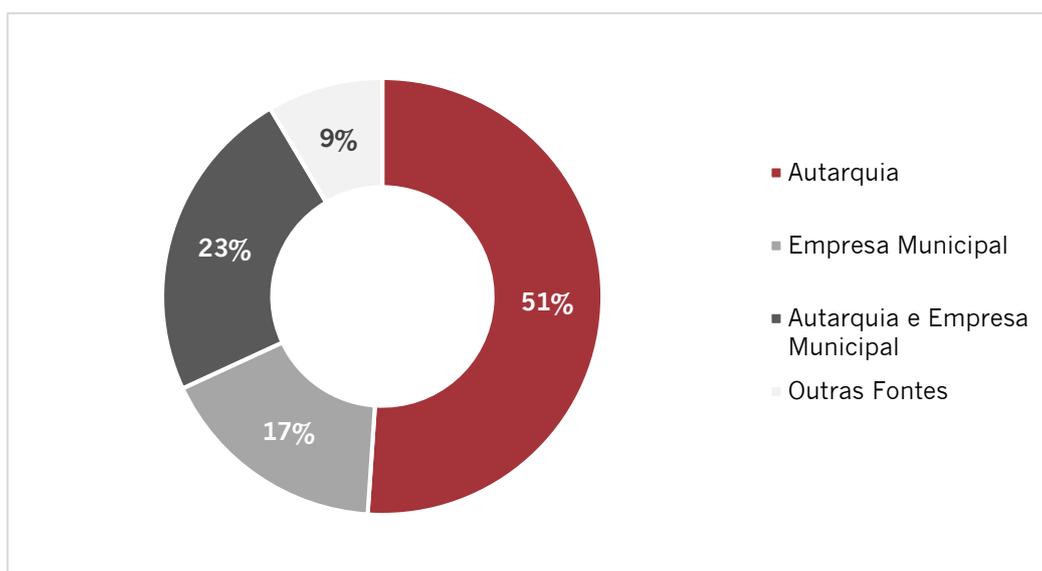


Gráfico 4 – Fontes de informação na cobertura noticiosa da atividade da GO Porto

As 'outras fontes', pouco expressivas, surgem, de forma exclusiva, em 4 ocasiões através da presença de declarações de *stakeholders* afetados pela atividade da empresa municipal, como comerciantes ou associações de pais.

4. ÁGUAS DO PORTO

No conjunto de 23 notícias da Águas do Porto, apenas em duas ocasiões não foram registadas fontes de informação explícitas. Significa que 21 notícias – aproximadamente 91% do total – manifestaram 'presença explícita de fontes de informação'.

Das 21 notícias, e conforme o gráfico abaixo, 86% (18 notícias) consultaram fontes da autarquia. Apenas em 3 ocasiões foi mencionada a empresa municipal como fonte e só em uma notícia a empresa municipal foi consultada sem ser consultada uma fonte da CMP.

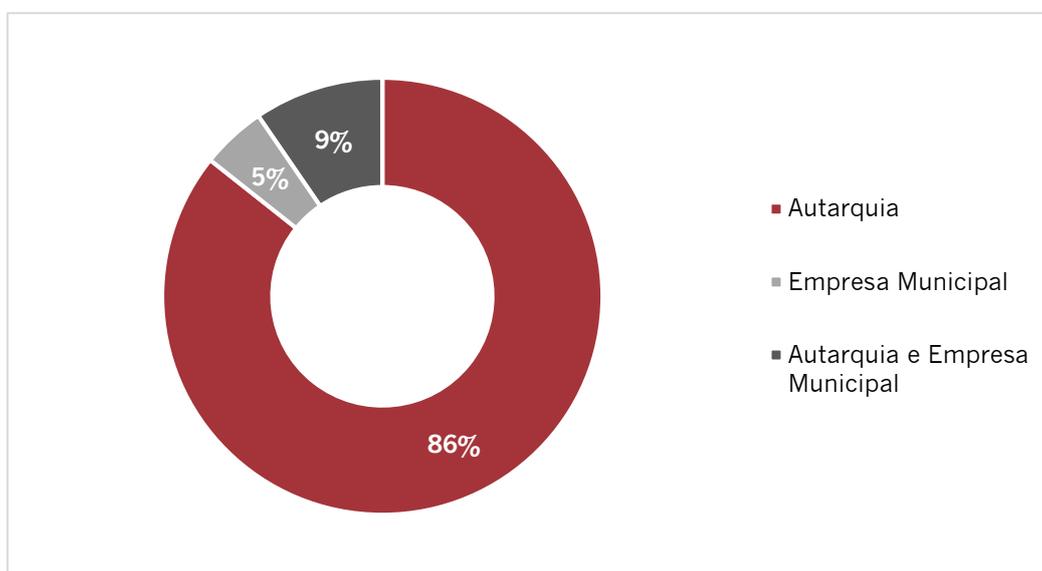


Gráfico 5 – Fontes de informação na cobertura noticiosa da atividade da Águas do Porto

Não foi registada a ocorrência da presença exclusiva de outras fontes de informação.

5. PORTO AMBIENTE

Por último, a Porto Ambiente registou, do total das 20 notícias, apenas 2 em que não foram mencionadas fontes de informação. Assim, em 18 ocasiões, cerca de 89% do total, foram registadas fontes explícitas.

A Porto Ambiente, através dos seus colaboradores ou do Presidente do Conselho de Administração Artur Basto, apenas foi registada como fonte de informação em 2 notícias. Por outro lado, as restantes 16 notícias mencionaram sempre fontes da autarquia como entidades consultadas.

Desta forma, conclui-se que, em nenhuma das notícias analisadas, foi consultada, em simultâneo, uma fonte da empresa municipal e uma fonte da autarquia. A presença de 'outras fontes' surge em apenas uma ocasião, com declarações de vários presidentes das juntas de freguesia do município.

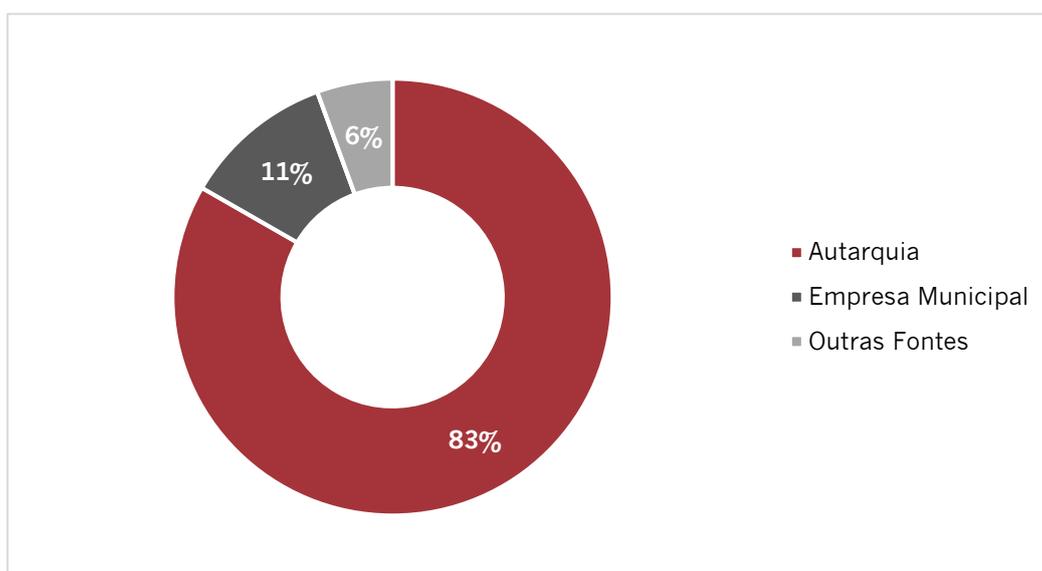


Gráfico 6 – Fontes de informação na cobertura noticiosa da atividade da Porto Ambiente

Capítulo VI – Discussão dos Resultados

Discussão dos Resultados

Neste capítulo pretende-se expor um resumo da análise dos dados apresentados no capítulo anterior, considerando os fatores que potenciam os resultados obtidos.

Das 235 notícias recolhidas, apenas 190 – cerca de 80% do total – manifestaram uma presença explícita de fontes de informação. Destas 190 notícias, e como se pode observar no gráfico abaixo, a consulta das empresas municipais e das autarquias enquanto fontes de informação apresenta resultados bastante contrastantes. Se não incluirmos as notícias em que são consultadas, simultaneamente, fontes da autarquia e das respetivas empresas municipais – 28 notícias, no total – ou as notícias em que são consultadas, exclusivamente, outras fontes – 33 notícias, no total, chegamos aos seguintes resultados em termos holísticos:

Fonte	Empresas Municipais	Autarquia
Nº de notícias	21	108
Proporção aproximada	1:5	

Tabela 3 – Proporção de fontes de informação consultadas por empresas municipais e autarquias (não inclui casos de consulta simultânea)

Fazendo o mesmo exercício mas incluindo, desta vez, as notícias em que, simultaneamente, são consultadas as empresas municipais e a autarquia, os resultados são ainda mais contrastantes: regista-se um total de 136 notícias cuja autarquia foi fonte de informação e 49 notícias em que as empresas municipais foram fontes de informação, perfazendo uma proporção aproximada de 1:3.

No caso específico de cada empresa municipal, foram obtidos os seguintes resultados:

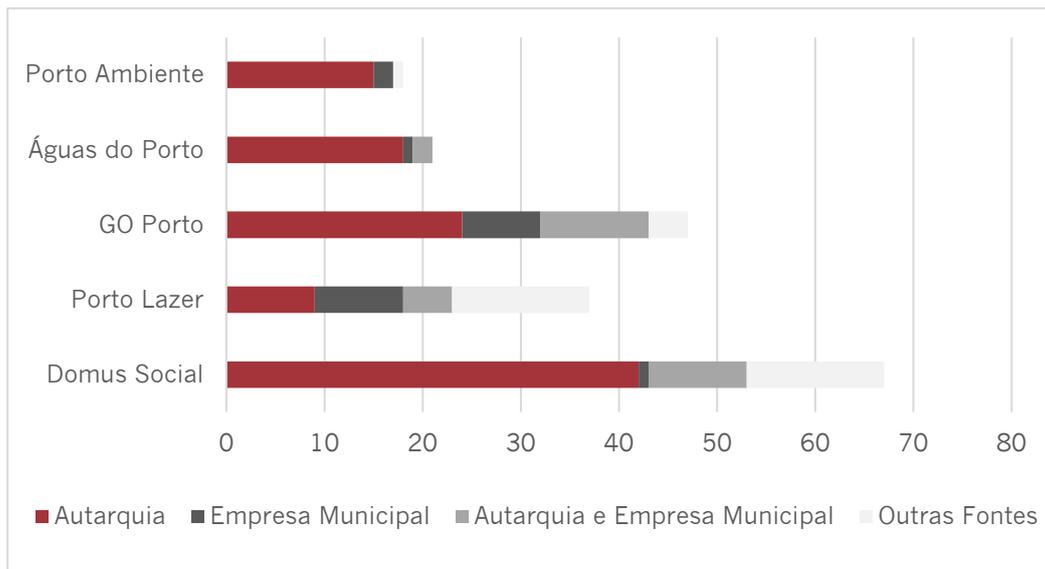


Gráfico 7 – Número de notícias por fontes de informação consultadas, por empresa municipal

A Porto Lazer representa a única exceção a esta tendência. Apesar de ser a segunda empresa municipal com maior número de notícias registadas, conseguiu atingir a mesma frequência de consulta enquanto fonte noticiosa do que a autarquia. Assim, a proporção é de 1:1 no período e objetos em análise, o que torna a Porto Lazer na empresa municipal mais consultada, no universo das empresas municipais da Câmara Municipal do Porto.

Não incluindo os casos em que a consulta pelas fontes da autarquia e pelas empresas municipais é simultânea, a Domus Social representa apenas 2% em relação ao total apresentado pela autarquia. Assim, de forma aproximada, a Domus Social é consultada como fonte de informação a cada 42 notícias em que a autarquia é a fonte explícita consultada. A GO Porto, por sua vez, apresenta uma proporção de cerca de metade das notícias em que a autarquia é fonte – 1:2. Desta forma, a cada 2 notícias cuja fonte é a autarquia, a GO Porto é mencionada como fonte numa notícia.

As Águas do Porto e a Porto Ambiente registam proporções de 1:18 (aproximadamente 6%) e 1:8 (12,5%), respetivamente – o que significa

que apenas de 18 em 18 ou de 8 em 8 notícias cuja fonte é a autarquia, surge uma notícia que registre as empresas municipais como fonte de informação.

É perceptível, através da análise dos dados recolhidos, que as Empresas Municipais não são, no período analisado, “definidores primários” dos eventos sociais (Hall et al., 1999, p. 253). A prevalência da autarquia – neste caso, a Câmara Municipal do Porto – e das posições hierárquicas de poder – presidentes, vice-presidentes, vereadores e deputados – enquanto fonte de informação é notória, como se pode observar no gráfico seguinte:

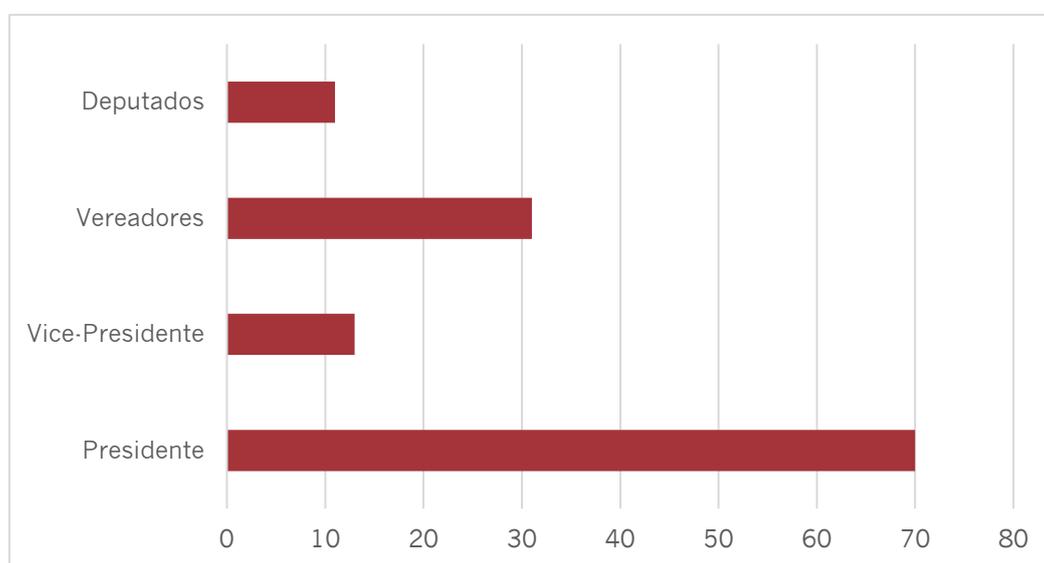


Gráfico 8 – Frequência das fontes de informação, por atores

Destaca-se ainda a tendência dos órgãos de comunicação social em procurar, com grande frequência, a confirmação, complementação ou credibilização das informações obtidas através das empresas municipais e/ou seus representantes, por parte de personalidades/entidades hierarquicamente superiores. Este fenómeno reflete-se nos números obtidos relativamente às oportunidades de uma empresa municipal ser fonte de informação incoincidente da autarquia, que ocorreram em apenas 21 ocasiões e vem confirmar os pressupostos estabelecidos na problemática.

Considerações Finais

O presente relatório de estágio pretendeu, através da componente de investigação, estabelecer uma primeira ponte na relação tripartida entre autarquias, empresas municipais e meios de comunicação social.

O principal objetivo foi, no contexto da Academia, analisar um terreno ainda pouco explorado: o da cobertura noticiosa. Desta forma, foi-me possível conjugar as duas áreas de investigação da minha formação académica: Ciências da Comunicação e Ciência Política.

A investigação teve por base a análise de 235 notícias, recolhidas entre 1 de julho e 31 de dezembro de 2018, em 21 órgãos de comunicação social. Os resultados, espelhados previamente neste relatório, sugerem uma predominância das autarquias enquanto fontes privilegiadas no fornecimento de conteúdo noticioso.

Na verdade, o objetivo desta secção do relatório será avaliar efetivamente se as hipóteses de trabalho e a questão de investigação proposta inicialmente foram respondidas com sucesso.

Foi possível concluir que, em termos relativos, as fontes de informação da Porto Lazer foram as mais consultadas, no universo e período da análise, o que sustenta a H2. Da mesma forma, através da análise dos dados recolhidos, conclui-se que as fontes de informação menos consultadas são as das Águas do Porto, o que contraria a H3. A proposta destas duas hipóteses, na verdade, decorreu de uma análise superficial dos dados e do pressuposto de que o objeto social das empresas municipais influenciaria a presença nas notícias enquanto fonte. Contudo, a H3 não se confirmou, o que, eventualmente, se justifica pelo facto de a atividade desenvolvida pelas Águas do Porto ser pouco atrativa em termos de valores-notícia e de, tendo em conta

conhecimentos apreendidos durante o período de estágio, esta empresa municipal ser muito pouco autónoma em termos de comunicação e promoção, o que se reflete na presença quase exclusiva de fontes da autarquia, mais especificamente nas figuras do presidente, Rui Moreira e vice-presidente, Filipe Araújo.

Por último, com a discussão dos resultados e considerando os resultados apresentados pelos gráficos da secção anterior, é possível concluir que a cobertura noticiosa, no período e nos objetos analisados, privilegia fontes mais próximas do topo da hierarquia – neste caso, a autarquia portuense – validando a conjectura teórica da *hierarquia da credibilidade*, proposta por Santos (1997). Assim, confirma-se a H1, bem como os pressupostos teóricos defendidos por Stuart Hall et al. (1999), Nelson Traquina (1993) – com o conceito de “credibilidade da autoridade” – Herbert Gans (1979), Schlesinger (1993) e Blumer e Gurevitch (2005) – com a convenção do “acesso socialmente estratificado aos news media” e a teórica proposta por Traquina (1993) e Ribeiro (2009), de que as fontes mais próximas do poder têm um acesso privilegiado ao espaço mediático e que, por isso, são favorecidas no processo de produção de notícias.

Confirmadas duas das três hipóteses propostas, cabe-nos agora responder à pergunta de investigação que motivou o desenvolvimento deste relatório: **“Que fontes de informação são privilegiadas na cobertura noticiosa da atividade das cinco empresas municipais do Município do Porto?”**

A componente descritiva desta pergunta de investigação, que pretendia perceber quais as empresas municipais que são mais citadas na cobertura noticiosa enquanto fontes de informação, encontra a sua solução na análise de dados feita previamente.

Em termos analíticos, e conforme já consolidado teoricamente, a atividade das empresas municipais da Câmara do Porto é, na sua grande maioria, sustentada, ao nível das fontes de informação, por entidades/personalidades que não estão necessariamente mais próximas do processo ou do acontecimento. Na verdade, conclui-se que as fontes mais próximas dos acontecimentos são as menos consultadas e que, portanto, as fontes detentoras de mais poder ao nível hierárquico são as fontes privilegiadas, no processo de seleção por parte dos OCS. Tal como defendido por Vasco Ribeiro (2009), esta escolha, “ao privilegiar umas fontes em detrimento de outras”, influencia diretamente o conteúdo das notícias.

As empresas municipais têm um longo caminho a percorrer no que diz respeito à sua emancipação enquanto fonte de informação relevante, credível e prioritária na perspetiva dos órgãos de comunicação social. Talvez, num futuro próximo, esse cenário não se altere. A verdade é que OCS e cidadãos assumem que a posição de autoridade confere credibilidade. “Algumas pessoas, pela posição que ocupam, sabem mais que outras pessoas; daí, devem ter acesso a mais factos e, então, a sua informação deve ser, em princípio mais correta”, tal como sustenta Nelson Traquina (1993), fenómeno a que chama “credibilidade da autoridade” (p. 172).

Importa ainda perceber, em investigação futura, se é vontade das empresas municipais alterar esta realidade. De facto, seria importante perceber se, pelo seu próprio mecanismo de funcionamento – enquanto subsidiárias das autarquias – as empresas municipais preferem, em termos estratégicos, manter-se *na sombra* e atuar em conformidade com as diretrizes superiores, sem atrair atenções ou créditos.

Em pesquisas futuras relacionadas com este tema seria interessante analisar a relação da escolha de determinadas fontes com a

percepção obtida por parte dos munícipes afetados e perceber de que forma a mera seleção das fontes influencia a opinião pública sobre determinada entidade.

Não obstante as evidentes limitações deste estudo, quer ao nível do período reduzido de análise ou da utilização de técnicas quantitativas que resultam em dados sólidos mas pouco profundos, este relatório de estágio pretende abrir o caminho para nova investigação, procurando, em simultâneo, mostrar o potencial da Ciências da Comunicação aplicadas à área da Ciência Política, aproveitando a sinergia entre as duas para explorar uma nova dinâmica na Academia.

Poder aliar este trabalho a uma experiência efetiva de trabalho de campo foi fundamental para a percepção da realidade das empresas municipais e da sua relação idiossincrática com a autarquia portuense. Em suma, as expectativas foram superadas e o trabalho de investigação pretende refletir o empenho e entusiasmo pela área de estudo.

Bibliografia

- Alhama, C. C. (2010). Comunicación pública y administración municipal. Una propuesta de modelo estructural. *Pensar la Publicidad*, IV(1), 45-62.
- Araújo, Joaquim F. (2003). A Governação Local e os Novos Desafios. Comunicação apresentada no Fórum de Gestão e Administração Pública. Mirandela.
- Blumer, Jay G. e Gurevitch, Michael (2005). Rethinking the Study of Political Communication. In *Mass Media and Society* (ed. J. Curran e M. Gurevitch), pp. 104-121. Sage: Londres
- Brito, Miguel N. de (2010). Fins e Funções das Empresas Municipais. Instituto de Ciências Jurídico-Políticas e Centro de Investigação de Direito Público: Lisboa.
- Camilo, E. (1998). Estratégias de Comunicação Municipal: Um reflexo sobre as modalidades de comunicação nos municípios. *Estudos em Comunicação*.
- Camilo, E. (1999). Estratégias de Comunicação e Municípios. Universidade da Beira Interior.
- Camilo, E. (2010). Dimensões corporativas da comunicação local: uma proposta de modelo. Em E. Camilo, *Ensaio de Comunicação Estratégica* (pp. 29-50). Covilhã: LabCom Books.
- Canel, M. J. (2006). *Comunicación Política - Una Guía para su Estudio y Práctica*. Madrid: Tecnos.
- Carmo, H., & Ferreira, M. M. (2008). *Metodologia da Investigação: Guia para auto-aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Comissão de Acompanhamento da Elaboração do Livro Branco do Sector Empresarial Local. (2011). *Livro Branco do Sector Empresarial*. Livro Branco.
- Cordeiro, Ivone (2012). (In)Cumprimento Legal e Viabilidade das Empresas Municipais: Estudo de Caso das Empresas do Município de Lisboa. Porto: Faculdade de Economia da Universidade do Porto.

- Costa, Ana C. P. da, (2016). A importância da comunicação nas instituições públicas: o caso da CIM Cávado. Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho, Braga, Portugal. Acedido a 23 de outubro de 2018 em <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/40840>
- Costa, Cláudia (2005). Influência da comunicação municipal na imprensa regional. In *Comunicação e Sociedade* (8), pp. 73-82.
- Decreto-lei nº 18/2008, de 29 de janeiro (Código Contratos Públicos).
- Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL). (11 de setembro de 2017). *Portal Autárquico/Subsetor da Administração Local/Entidades Autárquicas/Atividade Empresarial Local*. Obtido em 21 de agosto de 2019, de Portal Autárquico da DGAL: http://www.portalautarquico.dgal.gov.pt/ficheiros/?schema=f7664ca7-3a1a-4b25-9f46-2056eef44c33&channel=ed16ac2e-ba4c-4299-883d-468376316b46&content_id=BB26BBDF-7219-4470-B7FD-394D677F8B8E&field=storage_image&lang=pt&ver=1&filetype=pdf&dtestate=2017-09-181
- Direção-Geral das Autarquias Locais. (2010). *Entidades participadas pelos municípios portugueses*.
- Duarte, J. (s/d). Comunicação Pública. Acedido a 23 de outubro de 2018 em <http://www.jforni.jor.br/forni/files/ComP%C3%BAblicaJDuartevf.pdf>
- Galtung, J., & Ruge, M. H. (1965). The structure of foreign news: the presentation of the Congo, Cuba and Cyprus crises in four Norwegian newspapers. *Journal of International Peace Research*, II(1), 64-90.
- Gans, Herbert J. (1979). *Deciding What's News: A Study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek and Time*. Northwestern University Press: Evanston

- Gans, H. J. (2004). *Deciding What's News: A Study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek, and Time*. Illinois: Northwestern University Press.
- Gestão e Obras do Porto. (2 de dezembro de 2016). "*Contrato de Sociedade e Estatutos*". Obtido de *Website* de GO Porto, EM: http://www.gopcmp-em.pt/assets/misc/img/gop/mapas_resumo/Contrato%20de%20Sociedade%20e%20Estatutos.pdf
- Hall, Stuart, et al. (1999). Policing the Crisis. *In News: a Reader*. (ed. H. Tumber), pp. 249-256. Oxford University Press: Oxford
- Kunsch, M.M.K. (2012). *Comunicação Pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas*. (org. Heloiza Matos), pp. 13.29. Escola de Comunicações e Artes / Universidade de São Paulo: Brasil
- Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto.
- Lei n.º 64-B/2011, de 31 dezembro.
- Lei n.º 79/77, de 25 de outubro.
- Mafra, José (2013). O Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais – a função de fiscalização. *Revisores e Auditores* (julho-setembro 2013)
- Oliveira, C. (2012). *Governar é Comunicar - Gerir a comunicação institucional e política*. Porto: Omnisinal Edições.
- Pinto, S. F. (2013). *Comunicação autárquica: A democracia e as relações públicas*. Relatório de Estágio do Mestrado em Ciências da Comunicação, Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais.
- Ragin, C. (1987). *The Comparative Method: moving beyond qualitative and quantitative strategies*. University of California Press.
- Ragin, C. (1994). *Constructing Social Research*. Thousand Oaks: Pine Forge Press.
- Ragin, C. (2000). *Fuzzy Set Social Science*. . Chicago: University of Chicago Press.

- Reichardt, C. S., & Cook, T. D. (1986). Hacia una superación del enfrentamiento entre los métodos cualitativos y los cuantitativos. Em C. S. Reichardt, & T. D. Cook, *Métodos cualitativos y cuantitativos en investigación evaluativa* (pp. 25-52). Madrid: Ediciones Morata.
- Ribeiro, Vasco (2009). Fontes Sofisticadas de Informação: Análise do produto jornalístico da imprensa nacional diária de 1990 a 2005. Lisboa: Media XXI.
- Ruão, T. (1999). A Comunicação Organizacional e a Gestão de Recursos Humanos. *Evolução e Atualidade, Cadernos do Noroeste*, 12(1-2), 179-194. Obtido de http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/2727/1/truao_ComRH_1999.pdf
- Santos, R. (1997). *A Negociação entre Jornalistas e Fontes*. Coimbra: Edições Minerva.
- Schlesiger, P. (1993). Os Jornalistas e a Máquina do Tempo. In *Jornalismo: Questões, Teorias E "Estórias"*. (ed. N. Traquina), pp. 177-190. Vega: Lisboa
- Sigal, Leon V. (1973). *Reporters and Officials – the Organisation and Politics of Newsmaking*. D.C. Heath and Company: Lexington
- Sousa, B., Fantini, L., Dallagnoli, S., & Moresco, S. (2009). Comunicação Organizacional – A Importância da Comunicação nas Organizações. Faculdade de Tecnologia de Santa Catarina, Brusque. Acedido em 12 de janeiro de 2019 in http://www.bm.edu.br/fatesc.edu.br/wpcontent/blogs.dir/3/files/pdf/tccs/a_importancia_da_comunicacao_nas_organizacoes.pdf
- Sousa, J. P. (2002). *A utilização de fontes anónimas no noticiário político dos diários portugueses de referência: Um estudo exploratório*. Obtido de BOCC: <http://bocc.ufp.pt/pag/sousa-jorge-pedro-utilizacao-fontes-anonimas.pdf>
- Tavares, António F. e Camões, Pedro J. (2010). *New Forms of Local Governance: A Theoretical and Empirical Analysis of the Case of*

- Portuguese Municipal Corporations Public Management Review (12:5), pp. 587-608. Chicago, Illinois.
- Traquina, N. (1993). As Notícias. In *Jornalismo: Questões, Teorias E "Estórias"*. (ed. N. Traquina), pp. 167-176. Vega: Lisboa
- Traquina, N. (2008). *Teorias do Jornalismo, Volume II: A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional*. Florianópolis: Insular.
- Vennesson, P. (2008). Case studies and process tracing: theories and practices. Em D. d. Porta, & M. Keating, *Approaches and Methodologies in the Social Sciences* (pp. 223-239). Cambridge: Cambridge University Press.
- Walsh, K. (1991). Citizens and consumers: Marketing and public sector management. *Public Money & Management*(11:2), 9-16.
- Walsh, K. (1994). Marketing and Public Sector Management. *European Journal of Marketing*, 28(3), 63-71.
- Walsh, K. (1995). Competition for white-collar services in local government. *Public Money & Management*(15:2), 11-18.
- Wolf, M. (2003). *Teorias da comunicação*. Lisboa: Editorial Presença.
- Yin, R. (1994). *Case Study Research: Design and Methods*. Thousand Oaks: Sage Publications.

Apêndices

Apêndice 1 – Grelha de Análise

Título da notícia	Órgão de Comunicação Social	Data	Empresa Municipal associada	Presença explícita de fontes de informação	Fontes de informação consultadas	Cargos das fontes de informação consultadas
O Parque da Pasteleira vai ser palco de um novo festival de música	Público Porto	06/07/2018	Porto Lazer	Sim	Vitor Magalhães e Rúben Domingues; Filipe Araújo	Organizadores do evento; Vice-presidente da Câmara do Porto
Elétrico Porto Music Experience	Porto Canal	06/07/2018	Porto Lazer	Sim	Vitor Magalhães	Organizador do evento
Música, arte e tecnologia no Parque da Pasteleira	Jornal de Notícias	07/07/2018	Porto Lazer	Sim	Vitor Magalhães e Rúben Domingues	Organizadores do evento
Cinema Insufável em Miragaia	Jornal de Notícias - Porto	20/07/2018	Porto Lazer	Não	-	-
Espetáculos a céu aberto na Baixa	Jornal de Notícias - Porto	06/08/2018	Porto Lazer	Não	-	-
Cinema fora do sítio em Campanhã	Jornal de Notícias	08/08/2018	Porto Lazer	Não	-	-
Três jardins animados e com música	Jornal de Notícias	10/08/2018	Porto Lazer	Não	-	-
As estátuas que "vivem" pelas ruas da Baixa do Porto	Jornal de Notícias Online	19/08/2018	Porto Lazer	Não	-	-
Estátuas vivas na Rua das Flores	Jornal de Notícias	19/08/2018	Porto Lazer	Não	-	-
Sala insufável leva cinema aos mais pequenos	Jornal de Notícias	26/08/2018	Porto Lazer	Não	-	-
Comédia e música no Busker Fest	Jornal de Notícias - Porto	27/08/2018	Porto Lazer	Não	-	-
Festival Internacional leva o circo às ruas da cidade do Porto	Porto Canal Online	12/09/2018	Porto Lazer	Não	-	-
Festival de Circo do Porto	RTP 1	14/09/2018	Porto Lazer	Sim	Eduardo Paz Barroso	Presidente do Coliseu Porto Ageas
Festival de Circo do Porto	RTP 1	14/09/2018	Porto Lazer	Não	-	-
Porto recebe Festival Internacional de Circo	RTP Online	14/09/2018	Porto Lazer	Não	-	-
Festival de Circo do Porto	RTP 1	14/09/2018	Porto Lazer	Sim	Eduardo Paz Barroso	Presidente do Coliseu Porto Ageas
26 espetáculos de circo este fim de semana	Jornal de Notícias	15/09/2018	Porto Lazer	Sim	Eduardo Paz Barroso	Presidente do Coliseu Porto Ageas
No Porto, o circo saiu à rua	Público Online	16/09/2018	Porto Lazer	Não	-	-
O Novo Circo saiu do Coliseu para ocupar outros praças do Porto	Público Online	16/09/2018	Porto Lazer	Sim	Eduardo Dias	Diretor artístico e encenador do evento
Próxima edição do Festival de Circo do Porto ainda não está assegurada	Jornal de Notícias	17/09/2018	Porto Lazer	Sim	Eduardo Paz Barroso	Presidente do Coliseu Porto Ageas
Futuro das Noites Ritual "nas mãos" da Porto Lazer	Jornal de Notícias	20/09/2018	Porto Lazer	Sim	Jorge Rodrigues; Carlos Vieira	Diretor de Comunicação da Porto Lazer; Produtor-executivo e programador do Festival
Jazz volta a invadir o Porto	Jornal de Notícias	17/11/2018	Porto Lazer	Sim	"organização, a cargo da empresa municipal Porto Lazer (... segundo preconizam os organizadores"	Empresa Municipal
Porto iluminado com 2,3 milhões de lâmpadas	Correio da Manhã - Norte	17/11/2018	Porto Lazer	Sim	"O município do Porto indica que [...]"	Autarquia
Pistas de gelo, rodas gigantes e muita luz	Jornal de Notícias	18/11/2018	Porto Lazer	Não	-	-
Câmara do Porto acende 2,3 milhões de luzes de Natal a 1 de dezembro	Jornal de Notícias Online	23/11/2018	Porto Lazer	Não	-	-
Câmara do Porto acende 2,3 milhões de luzes de Natal em 01 de dezembro	Diário de Notícias Online	23/11/2018	Porto Lazer	Sim	"página da Internet oficial da Câmara Municipal do Porto	Autarquia
Abrunhosa vai animar Réveillon nos Aliados	Correio da Manhã	28/11/2018	Porto Lazer	Não	-	-
Festival Porta-Jazz traz Chris Cheek e Ohad Talmor ao Porto na nona edição	TSF Online	30/11/2018	Porto Lazer	Não	-	-
Festival "Porta Jazz"	Antena 1	30/11/2018	Porto Lazer	Sim	João Pedro Brandão	Diretor do Festival
Festival Porta-Jazz traz Chris Cheek e Ohad Talmor ao Porto na nona edição	Jornal de Notícias Online	30/11/2018	Porto Lazer	Não	-	-
Iluminação de Natal no Porto com atrasos devido a incumprimento de prestador de serviços	Correio da Manhã Online	01/12/2018	Porto Lazer	Sim	"A Porto Lazer emitiu (...) um comunicado"	Empresa Municipal
No Festival Porta-Jazz são os encontros que importam	Público Online	01/12/2018	Porto Lazer	Sim	João Pedro Brandão	Diretor do Festival
Inauguração de parte das luzes de Natal no Porto adiada	Diário de Notícias Online	01/12/2018	Porto Lazer	Sim	Câmara Municipal do Porto; Porto Lazer	Autarquia; Empresa Municipal
Luzes de Natal do Porto não acendem todas este sábado	Jornal de Notícias Online	01/12/2018	Porto Lazer	Sim	"Câmara Municipal do Porto, em comunicado"; Porto Lazer	Autarquia; Empresa Municipal
Iluminação de Natal atrasada no Porto por "incumprimento" da empresa contratada	Diário de Notícias Online	01/12/2018	Porto Lazer	Sim	Câmara Municipal do Porto; Porto Lazer	Autarquia; Empresa Municipal
No Festival Porta-Jazz são os encontros que importam	Público	01/12/2018	Porto Lazer	Sim	João Pedro Brandão	Diretor do Festival
Iluminações de Natal no Porto	SIC	01/12/2018	Porto Lazer	Não	-	-
Iluminar o Natal custa milhões às câmaras	Jornal de Notícias	01/12/2018	Porto Lazer	Não	-	-
Porto abre portas ao jazz durante 9 dias	Correio da Manhã	01/12/2018	Porto Lazer	Não	-	-
Porto adia inauguração de parte da iluminação de Natal	TSF Online	01/12/2018	Porto Lazer	Sim	Câmara Municipal do Porto; Porto Lazer	Autarquia; Empresa Municipal
Iluminações de Natal no Porto	RTP 3	01/12/2018	Porto Lazer	Não	-	-
Luzes natalícias em tribunal	Correio da Manhã	02/12/2018	Porto Lazer	Sim	Porto Lazer	Empresa Municipal
Iluminação de Natal dá processo na Justiça	Correio da Manhã - Norte	02/12/2018	Porto Lazer	Sim	Porto Lazer	Empresa Municipal
Iluminação de Natal atrasada no Porto por "incumprimento" da empresa contratada	TSF Online	02/12/2018	Porto Lazer	Sim	"comunicado da Autarquia"	Autarquia
Milhares foram até à Avenida dos Aliados para ver as luzes de Natal	Jornal de Notícias Online	02/12/2018	Porto Lazer	Não	-	-
Bronca na iluminação gera estranheza e crítica	Jornal de Notícias	04/12/2018	Porto Lazer	Sim	"a Câmara do Porto emitiu um comunicado"; Joel Azevedo	Autarquia; Presidente da Associação de Comerciantes do Porto
Comerciantes teme que vendas baixem com atraso de luzes de Natal	Jornal de Notícias Online	07/12/2018	Porto Lazer	Sim	Joel Azevedo	Presidente da Associação de Comerciantes do Porto
Comerciantes do Porto temem que vendas baixem com atraso de luzes de Natal	Diário de Notícias Online	07/12/2018	Porto Lazer	Sim	Joel Azevedo	Presidente da Associação de Comerciantes do Porto
Comerciantes do Porto temem que vendas baixem com atraso de luzes de Natal	Público Online	07/12/2018	Porto Lazer	Sim	Joel Azevedo	Presidente da Associação de Comerciantes do Porto
Comerciantes do Porto temem que vendas baixem com atraso de luzes de Natal	TSF Online	07/12/2018	Porto Lazer	Sim	Joel Azevedo	Presidente da Associação de Comerciantes do Porto
Luzes de Natal continuam desligadas, Câmara não dá mais explicações	Público Online	10/12/2018	Porto Lazer	Sim	Câmara Municipal do Porto; Joel Azevedo	Autarquia; Presidente da Associação de Comerciantes do Porto
Há ruas no Porto ainda sem as luzes de Natal	Jornal de Notícias	11/12/2018	Porto Lazer	Sim	"comunicado da Autarquia"	Autarquia
Luzes de Natal continuam desligadas, autarquia não dá mais explicações	Público Porto	11/12/2018	Porto Lazer	Sim	"A Câmara Municipal do Porto emitiu um comunicado"; Joel Azevedo	Autarquia; Presidente da Associação de Comerciantes do Porto
Iluminação de Natal no Porto deve ficar concluída "maioritariamente" até quinta-feira	Diário de Notícias Online	11/12/2018	Porto Lazer	Sim	Catarina Araújo; Joel Azevedo	Veradora da Câmara do Porto e administradora executiva da Porto Lazer; Presidente da Associação de Comerciantes do Porto
Iluminação de Natal no Porto deve ficar concluída "maioritariamente" até quinta-feira	TSF Online	11/12/2018	Porto Lazer	Sim	Catarina Araújo; Joel Azevedo	Veradora da Câmara do Porto e administradora executiva da Porto Lazer; Presidente da Associação de Comerciantes do Porto
Iluminação de Natal	Correio da Manhã	12/12/2018	Porto Lazer	Não	-	-
"Grande maioria" das luzes de Natal do Porto a funcionar a partir de amanhã	Público Porto	12/12/2018	Porto Lazer	Sim	Catarina Araújo	Veradora da Câmara do Porto e administradora executiva da Porto Lazer
Câmara promete maioria das luzes de Natal até amanhã	Jornal de Notícias - Porto	12/12/2018	Porto Lazer	Sim	Catarina Araújo	Veradora da Câmara do Porto e administradora executiva da Porto Lazer
Iluminações de Natal no Porto	Porto Canal	20/12/2018	Porto Lazer	Não	-	-
Tudo que precisa de saber para a Passagem de Ano nos Aliados	Jornal de Notícias Online	27/12/2018	Porto Lazer	Não	-	-
Passagens de ano em Lisboa e no Porto	RTP 1	28/12/2018	Porto Lazer	Sim	Joana Gomes Cardoso; Rui Moreira	Presidente da EGEC; Presidente da Câmara do Porto
Cidade do Porto vai despedir-se de 2018 ao som de Pedro Abrunhosa	RTP 1	30/12/2018	Porto Lazer	Sim	Rui Moreira; Nuno Lemos	Presidente da Câmara do Porto; Administrador Executivo da Porto Lazer
Porto despede-se de 2018 ao som de Pedro Abrunhosa	RTP Online	30/12/2018	Porto Lazer	Não	-	-

Recuperação das ilhas do Porto	Porto Canal	05/07/2018	Domus Social	Sim	Rui Moreira; Ana Pinho	Presidente da Câmara do Porto; Secretária de Estado da Habitação
Ilha do Bonjardim fica pronta em dois meses	Jornal de Notícias	05/07/2018	Domus Social	Sim	Câmara do Porto; Rui Moreira; Ana Pinho; Fernando Paulo; Elisabete dos Santos e Fernando Moreira	Autarquia; Presidente da Câmara do Porto; Secretária de Estado da Habitação; Vereador da Habitação e Coesão Social; Moradores
Ilhas à espera de obras ainda servem de casa a 10 mil portugueses	Jornal de Notícias Online	05/07/2018	Domus Social	Não	-	-
Câmara do Porto cria plano estratégico para intervir nas "ilhas" habitacionais	Diário de Notícias Online	05/07/2018	Domus Social	Sim	Fernando Paulo; Ana Pinho; Rui Moreira	Vereador da Habitação e Coesão Social; Secretária de Estado da Habitação; Presidente da Câmara do Porto
Câmara do Porto cria plano estratégico para intervir nas "ilhas" habitacionais	Jornal de Notícias Online	05/07/2018	Domus Social	Sim	Fernando Paulo; Ana Pinho; Rui Moreira	Vereador da Habitação e Coesão Social; Secretária de Estado da Habitação; Presidente da Câmara do Porto
Moreira convoca Governo para reabilitar ilhas	Jornal de Notícias	06/07/2018	Domus Social	Sim	Rui Moreira; Ana Pinho; Fernando Paulo	Presidente da Câmara do Porto; Secretária de Estado da Habitação; Vereador da Habitação e Coesão Social
Reabilitação das ilhas de Campanhã	Porto Canal	06/07/2018	Domus Social	Sim	Vitório Leite e Francisco Pereira; Altor Vateo Oreo	Projeto Espaço(Em)aberto; Coordenador do Programa Habitar Porto
Câmara do Porto promoveu um debate sobre a reabilitação das ilhas da cidade	RTP 3	09/07/2018	Domus Social	Sim	Altor Vateo Oreo; Fernando Paulo	Coordenador do Programa Habitar Porto; Vereador da Habitação e Coesão Social
A ilha da Bela Vista foi reabilitada mas há problemas que persistem	Público Online	12/07/2018	Domus Social	Sim	António Fonteles; Dinda Costa; Filomena Silva	Moradores
A ilha da Bela Vista foi reabilitada mas há problemas que persistem	Público Porto	12/07/2018	Domus Social	Sim	António Fonteles; Dinda Costa; Filomena Silva	Moradores
Reabilitação do Bairro do Cerco pronta em 2020	Jornal de Notícias	16/07/2018	Domus Social	Sim	Rui Moreira; Fernando Paulo	Presidente da Câmara do Porto; Vereador da Habitação e Coesão Social
Obras no bairro do Cerco	Correio da Manhã	16/07/2018	Domus Social	Não	-	-
Compra do bairro bem recebida pelos moradores	Jornal de Notícias	21/07/2018	Domus Social	Sim	Orquídea Teixeira; Belmira Coelho	Moradoras
48 milhões de rendas em atraso nos bairros sociais	Jornal de Notícias	23/07/2018	Domus Social	Sim	Câmara de Lisboa; Alexandra Gesta; "fonte da autarquia"; Município de Cascais	Câmara de Lisboa; Presidente do IHRU; Autarquia; Município de Cascais
Câmara do Porto aprova por unanimidade comprar Bairro da Tapada nas Fontainhas	TSF Online	24/07/2018	Domus Social	Sim	Rui Moreira; Manuel Pizarro; Álvaro Almeida; Ilda Figueiredo; Ricardo Valente	Presidente da Câmara do Porto; Vereador PS na CMP; Vereador PSD na CMP; Vereadora CDU na CMP; Vereador da Economia
Luz verde para comprar Bairro da Tapada foi unânime	Jornal de Notícias	25/07/2018	Domus Social	Sim	Rui Moreira	Presidente da Câmara do Porto
Reabilitação do bairro do Monte da Bela no Porto concluída em 2020	Diário de Notícias Online	30/07/2018	Domus Social	Sim	"a autarquia"	Autarquia
Reabilitação do bairro do Monte da Bela no Porto concluída em 2020	TSF Online	30/07/2018	Domus Social	Sim	"a autarquia"	Autarquia
Obras de adaptação da Escola do Infante para alunos do Bom Sucesso vão durar dois meses	Público Online	21/08/2018	Domus Social	Sim	Câmara do Porto; Domus Social	Autarquia; Empresa Municipal
Câmara do Porto prevê 2 meses para adaptar Escola do Infante e alunos do Bom Sucesso	TSF Online	21/08/2018	Domus Social	Sim	Câmara do Porto; Domus Social; Fernando Paulo	Autarquia; Empresa Municipal; Vereador da Habitação e Coesão Social
Obras de adaptação da Escola do Infante para alunos do Bom Sucesso vão durar dois meses	Público Porto	22/08/2018	Domus Social	Sim	Câmara do Porto; Domus Social	Autarquia; Empresa Municipal
Escola do Infante vai ter obras durante dois meses	Jornal de Notícias	22/08/2018	Domus Social	Sim	Câmara do Porto; Domus Social; Fernando Paulo	Autarquia; Empresa Municipal; Vereador da Habitação e Coesão Social
Realojamentos no Bairro do Aleixo	RTP 3	10/09/2018	Domus Social	Sim	Rui Moreira	Presidente da Câmara do Porto
Realojamentos no Bairro do Aleixo	Antena 1	10/09/2018	Domus Social	Sim	Rui Moreira	Presidente da Câmara do Porto
Câmara do Porto vai realojar os moradores do Aleixo no prazo máximo de seis meses	Diário de Notícias Online	10/09/2018	Domus Social	Sim	Rui Moreira	Presidente da Câmara do Porto
Todos os moradores do Aleixo realojados até à Pascoa	RTP Online	10/09/2018	Domus Social	Sim	Rui Moreira	Presidente da Câmara do Porto
Câmara do Porto vai realojar os moradores do Aleixo no prazo máximo de seis meses	TSF Online	10/09/2018	Domus Social	Sim	Rui Moreira	Presidente da Câmara do Porto
Bairro Aleixo	Antena 1	10/09/2018	Domus Social	Não	-	-
Bairro Aleixo	Antena 1	10/09/2018	Domus Social	Sim	Rui Moreira; Moradores	Presidente da Câmara do Porto; Moradores
No Aleixo subsiste a angústia de não se saber a futura morada	Público Online	10/09/2018	Domus Social	Sim	Rui Moreira; José Renato; Ilda Figueiredo; Álvaro Almeida; Manuel Pizarro	Presidente da Câmara do Porto; Presidente da Associação de Promoção Social da População do Bairro do Aleixo; Vereadora CDU na CMP; Vereador PSD na CMP; Vereador PS na CMP
Realojamentos no Bairro do Aleixo	Antena 1	10/09/2018	Domus Social	Sim	Rui Moreira	Presidente da Câmara do Porto
Realojamentos no Bairro do Aleixo	TSF	10/09/2018	Domus Social	Não	-	-
180 dias. O tempo máximo para os moradores do bairro do Aleixo serem realojados	TSF Online	10/09/2018	Domus Social	Sim	Rui Moreira	Presidente da Câmara do Porto
Câmara do Porto quer demolir torres do Bairro do Aleixo	RTP Online	10/09/2018	Domus Social	Não	-	-
Bairro do Aleixo. Moradores queixam-se de esquecimento	RTP Online	10/09/2018	Domus Social	Não	-	-
Câmara do Porto vai realojar os moradores do Aleixo em seis meses	Jornal de Notícias Online	10/09/2018	Domus Social	Sim	Rui Moreira	Presidente da Câmara do Porto
Bairro Aleixo	Antena 1	10/09/2018	Domus Social	Não	-	-
Torres no Bairro do Aleixo vão ser demolidas	RTP 1	10/09/2018	Domus Social	Não	-	-
Torres no Bairro do Aleixo vão ser demolidas	RTP 1	10/09/2018	Domus Social	Sim	Rui Moreira	Presidente da Câmara do Porto
Câmara do Porto vai realojar os moradores do Aleixo no prazo máximo de seis meses	TSF Online	10/09/2018	Domus Social	Sim	Rui Moreira	Presidente da Câmara do Porto
Bairro do Aleixo: Rui Moreira	TSF	10/09/2018	Domus Social	Sim	Rui Moreira	Presidente da Câmara do Porto
Câmara do Porto vai realojar os moradores do Aleixo no prazo máximo de seis meses	Diário de Notícias Online	10/09/2018	Domus Social	Sim	Rui Moreira	Presidente da Câmara do Porto
Realojamentos no Bairro do Aleixo	RTP 3	10/09/2018	Domus Social	Sim	Rui Moreira	Presidente da Câmara do Porto
270 moradores do Aleixo realojados em meio ano	Correio da Manhã Norte	11/09/2018	Domus Social	Sim	Rui Moreira	Presidente da Câmara do Porto
No Aleixo subsiste a angústia de não se saber a futura morada	Público Porto	11/09/2018	Domus Social	Sim	Rui Moreira; José Renato; Ilda Figueiredo; Álvaro Almeida; Manuel Pizarro	Presidente da Câmara do Porto; Presidente da Associação de Promoção Social da População do Bairro do Aleixo; Vereadora CDU na CMP; Vereador PSD na CMP; Vereador PS na CMP
270 realojados no Aleixo	Correio da Manhã	11/09/2018	Domus Social	Sim	Rui Moreira	Presidente da Câmara do Porto
Degradação do Aleixo termina para 89 famílias	Jornal de Notícias	11/09/2018	Domus Social	Sim	"Autarquia portuguesa"; Rui Moreira	Autarquia; Presidente da Câmara do Porto
Câmara do Porto vai realojar os moradores do Aleixo no prazo máximo de seis meses	Diário de Notícias Online	11/09/2018	Domus Social	Sim	Rui Moreira	Presidente da Câmara do Porto
CDU alerta para "falta de manutenção" de equipamentos em bairro do Porto	Diário de Notícias Online	16/09/2018	Domus Social	Sim	Ilda Figueiredo	Vereadora CDU na CMP
CDU alerta para "falta de manutenção" de equipamentos em bairro do Porto	TSF Online	16/09/2018	Domus Social	Sim	Ilda Figueiredo	Vereadora CDU na CMP
CDU alerta para falta de manutenção de equipamentos em bairro do Porto	Correio da Manhã Online	16/09/2018	Domus Social	Sim	Ilda Figueiredo	Vereadora CDU na CMP
CDU pede mais "intervenção e atenção" para bairro degradado	Jornal de Notícias - Porto	17/09/2018	Domus Social	Sim	Ilda Figueiredo	Vereadora CDU na CMP
Autarca do Porto diz que decisão de retirar moradores do Aleixo é solução de emergência	TSF Online	18/09/2018	Domus Social	Sim	Rui Moreira; Rui Sá; Susana Constante Pereira	Presidente da Câmara do Porto; Deputado CDU na CMP; Deputada BE na CMP
Presidente da Câmara do Porto recusa extinção do Fundo do Bairro do Aleixo	Diário de Notícias Online	18/09/2018	Domus Social	Sim	Rui Moreira; Manuel Pizarro	Presidente da Câmara do Porto; Vereador PS na CMP
Autarca do Porto diz que decisão de retirar moradores do Aleixo é solução de emergência	RTP Online	18/09/2018	Domus Social	Sim	Rui Moreira; Rui Sá; Susana Constante Pereira	Presidente da Câmara do Porto; Deputado CDU na CMP; Deputada BE na CMP
Famílias do Aleixo em risco serão as primeiras a ter casa	Jornal de Notícias	19/09/2018	Domus Social	Sim	Rui Moreira; Rui Sá; Susana Constante Pereira; Odete Patrício; Manuel Pizarro; Ilda Figueiredo	Presidente da Câmara do Porto; Deputado CDU na CMP; Deputada BE na CMP; Vereadora PS na CMP; Vereador PS na CMP; Vereadora CDU na CMP
Pedidos de habitação social atingem pico de oito anos em Lisboa	Público Online	22/09/2018	Domus Social	Sim	Leonor Duarte; "a autarquia"	Movimento "Morar em Lisboa"; Autarquia
A luta pelas casas bate à porta das autarquias mas ninguém responde	Público Porto	22/09/2018	Domus Social	Sim	Rui Silva; Leonor Duarte; José Paiva	Morador; Movimento "Morar em Lisboa"; Associação Terra Viva
Câmaras já recusaram os bairros que Estado quer dar	Jornal de Notícias	23/09/2018	Domus Social	Sim	"diploma setorial da Habitação"	Governo central
Reabilitação do Bairro S. João de Deus não convence moradores	Jornal de Notícias	30/09/2018	Domus Social	Sim	Mário Santos; Armanda Pinto; Lurdes Saralva; Câmara do Porto	Moradores; Autarquia
Emergência de crack acelera saídas do Aleixo	Jornal de Notícias	01/10/2018	Domus Social	Sim	Rui Moreira; Agostinho Rodrigues; ARS Norte; João Goulão; Câmara do Porto	Presidente da Câmara do Porto; Presidente da Norte Vida; Administração Regional de Saúde do Norte; Presidente do Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências; Autarquia
Fundo do Aleixo aguarda luz verde do regulador	Correio da Manhã Online	16/10/2018	Domus Social	Sim	Rui Moreira; Manuel Pizarro; Ilda Figueiredo	Presidente da Câmara do Porto; Vereador PS na CMP; Vereadora CDU na CMP
Câmara do Porto revela que foi prestada garantia bancária do Fundo do bairro do Aleixo	Diário de Notícias Online	16/10/2018	Domus Social	Sim	Pedro Santos; Rui Moreira; Manuel Pizarro; Ilda Figueiredo	Diretor Municipal de Finanças; Presidente da Câmara do Porto; Vereador PS na CMP; Vereadora CDU na CMP
Obra para realojar famílias do Aleixo arranca em duas semanas	Jornal de Notícias Online	16/10/2018	Domus Social	Sim	Pedro Santos; Ilda Figueiredo	Diretor Municipal de Finanças; Vereadora CDU na CMP
Obra para acolher famílias do Aleixo avança na Lapa	Jornal de Notícias	17/10/2018	Domus Social	Sim	"reunião de Câmara"; Pedro Santos	Autarquia; Diretor Municipal de Finanças
Moreira espera que Bairro da Rainha D. Leonor esteja pronto "nos próximos meses"	Público Online	23/10/2018	Domus Social	Sim	Rui Moreira	Presidente da Câmara do Porto
Câmara do Porto espera que novo bairro D. Leonor esteja pronto "nos próximos tempos"	Diário de Notícias Online	23/10/2018	Domus Social	Sim	Rui Moreira	Presidente da Câmara do Porto
Autarca do Porto espera que novo bairro D. Leonor esteja pronto "nos próximos meses"	Público Porto	24/10/2018	Domus Social	Sim	Rui Moreira	Presidente da Câmara do Porto
Aleixo: como é vive no bairro que condenaram à extinção	Jornal de Notícias Online	29/10/2018	Domus Social	Não	-	-
Filho com pena suspensa, mãe com ordem de despejo	Público Online	10/12/2018	Domus Social	Sim	Maria Manuel Rola	Deputada BE na CMP
Bloco de Esquerda vai denunciar à PGR 20 ordens de despejo em bairros do Porto	TSF Online	10/12/2018	Domus Social	Sim	Maria Manuel Rola	Deputada BE na CMP
Filho com pena suspensa, mãe com ordem de despejo	Público Porto	11/12/2018	Domus Social	Sim	Maria Manuel Rola	Deputada BE na CMP
Famílias do Aleixo já têm a chave das novas casas	Jornal de Notícias	14/12/2018	Domus Social	Sim	José Renato	Presidente da Associação de Promoção Social da População do Bairro do Aleixo
Casas do S. João de Deus em "perfeitas condições"	Jornal de Notícias	22/12/2018	Domus Social	Sim	Câmara do Porto	Autarquia
Programa social apoia o pagamento de renda a 450 famílias do Porto	Jornal de Notícias - Porto	27/12/2018	Domus Social	Sim	-	-
Programa Porto Solidário apoia 450 famílias a pagarem renda ou prestação da casa	TSF Online	27/12/2018	Domus Social	Sim	Câmara do Porto	Autarquia
Programa Porto Solidário apoia 450 famílias a pagarem renda ou prestação da casa	Correio da Manhã Online	27/12/2018	Domus Social	Sim	Câmara do Porto	Autarquia

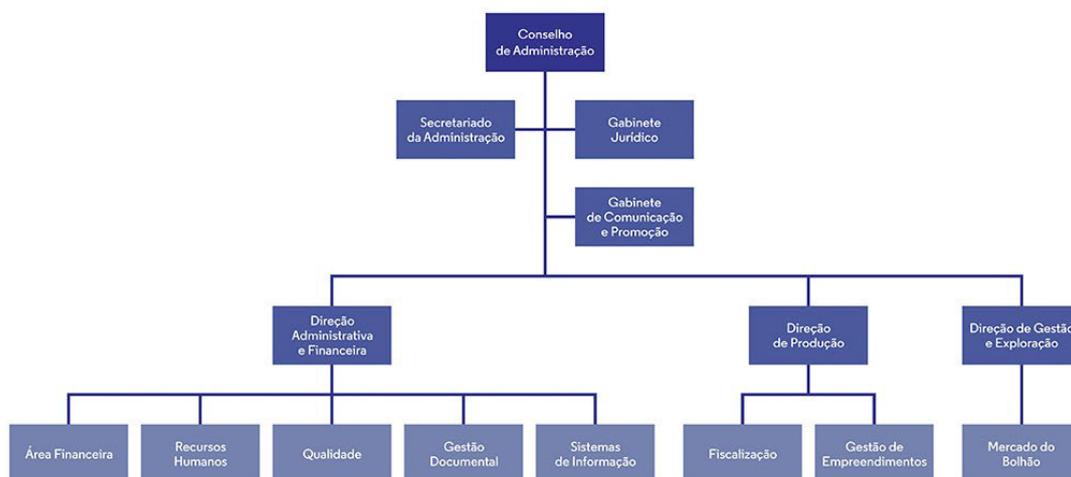
Recolha de lixo separado	Jornal de Notícias	07/07/2018	Porto Ambiente	Não	-	-
Recolha seletiva chega este ano a todos os concelhos	Jornal de Notícias	08/07/2018	Porto Ambiente	Sim	Filipe Araújo	Vice-presidente da Câmara do Porto
Rui Moreira admite existirem problemas na recolha do lixo	Jornal de Notícias	11/07/2018	Porto Ambiente	Sim	Rui Moreira; Rui Sá; Bebiãna Cunha; Pedro Braga de Carvalho; Francisco Carrapatoso; Susana Constante Pereira	Presidente da Câmara do Porto; Deputado CDU na CMP; Deputada PAN na CMP; Deputado PS na CMP; Deputado PSD na CMP; Deputada BE na CMP
Rui Moreira reconhece problemas na recolha de lixo na cidade	Jornal de Notícias	01/08/2018	Porto Ambiente	Sim	Rui Moreira	Presidente da Câmara do Porto
Nas ruas de Lisboa e do Porto o lixo é um desafio por vencer	Público	26/08/2018	Porto Ambiente	Sim	Vitor Reis; Duarte Cordeiro; Câmara do Porto	Dirigente do Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa (STML); Responsável pelos Serviços Urbanos; Autarquia
Falhas na recolha de lixo geram críticas no Grande Porto	Jornal de Notícias	13/09/2018	Porto Ambiente	Sim	José Teixeira; Câmara do Porto; "fonte da Câmara de Matosinhos"; Carmen Lima; Marco Martins	Centro Interdisciplinar de Investigação Marinha e Ambiental (CIIMAR); Autarquia; Câmara de Matosinhos; Coordenadora do Centro de Informação de Resíduos da Quercus; Presidente da Câmara de Gondomar
Lixo nas ruas de Matosinhos e Porto	SIC	12/09/2018	Porto Ambiente	Sim	Artur Basto; Correia Pinto	Administrador Porto Ambiente; Vereador Câmara Matosinhos
Recolha de resíduos e limpeza urbana no Porto assegurada por Empresa Municipal	TSF Online	14/09/2018	Porto Ambiente	Sim	Rui Moreira; "página de internet da autarquia"	Presidente da Câmara do Porto; Autarquia
Oposição na Câmara do Porto critica "degradação" na recolha de lixo	TSF Online	14/09/2018	Porto Ambiente	Sim	Manuel Pizarro; Ilda Figueiredo; "a autarquia"; Álvaro Almeida	Vereador PS na CMP; Vereadora CDU na CMP; Autarquia; Vereador PSD na CMP
Juntas do Porto dividem-se sobre recolha de lixo e algumas pedem competências	TSF Online	14/09/2018	Porto Ambiente	Sim	Nuno Ortigão; Ernesto Santos; António Fonseca; Sofia Maia; António Gouveia; José Manuel Carvalho	Presidente da União de Freguesias de Aldoar, Nevogilde e Foz; Presidente da Junta de Freguesia de Campanhã; Presidente da UF de Cedofeita, Santo Ildefonso, Vitória, Sá, São Nicolau e Miragaia; Presidente da UF de Lordelo do Ouro e Massarelos; Presidente da Junta do Bonfim
Oposição na CMP critica "degradação" na recolha de lixo	Jornal de Notícias Online	14/09/2018	Porto Ambiente	Sim	Manuel Pizarro; Ilda Figueiredo; "a autarquia"; Álvaro Almeida	Vereador PS na CMP; Vereadora CDU na CMP; Autarquia; Vereador PSD na CMP
Porto está a reciclar mais 12% do que no ano passado	Público Porto	29/11/2018	Porto Ambiente	Sim	Filipe Araújo; Manuel Pizarro; Álvaro Almeida; Rui Moreira	Vice-presidente da Câmara do Porto; Vereador PS na CMP; Vereador PSD na CMP; Presidente da Câmara do Porto
Autarquia "pagou muito caro" decisões sobre limpeza urbana no Porto, diz Rui Moreira	RTP Online	04/12/2018	Porto Ambiente	Sim	Rui Moreira; Alberto Machado; André Noronha; Gustavo Pimenta; Bloco de Esquerda; CDU; PAN	Presidente da Câmara do Porto; Deputado PSD na CMP; Deputado "Porto, o Nosso Movimento" na CMP; Deputado PS na CMP; Bloco de Esquerda; CDU; PAN
Limpeza urbana no Porto "está melhor", garante Moreira	Público Porto	05/12/2018	Porto Ambiente	Sim	Rui Moreira	Presidente da Câmara do Porto
Moreira recusa pôr taxa turística a financiar recolha de lixo	Público Online	18/12/2018	Porto Ambiente	Sim	Rui Moreira; Álvaro Almeida; Ilda Figueiredo; Filipe Araújo; Manuel Pizarro	Presidente da Câmara do Porto; Vereador PSD na CMP; Vereadora CDU na CMP; Vice-presidente da Câmara do Porto; Vereador PS na CMP
Moreira recusa pôr taxa turística a financiar recolha de lixo	Público Porto	19/12/2018	Porto Ambiente	Sim	Rui Moreira; Álvaro Almeida; Ilda Figueiredo; Filipe Araújo; Manuel Pizarro	Presidente da Câmara do Porto; Vereador PSD na CMP; Vereadora CDU na CMP; Vice-presidente da Câmara do Porto; Vereador PS na CMP
Campanha pela separação do lixo com aviso de multa	Jornal de Notícias	21/12/2018	Porto Ambiente	Sim	Pedro Vieira e Bartolomeu Mota	Agentes de sensibilização da Porto Ambiente
Recolha seletiva vai pôr a pagar mais quem não recicla	Jornal de Notícias - Porto	27/12/2018	Porto Ambiente	Não	-	-
Recolha de resíduos e limpeza urbana no Porto assegurada por Empresa Municipal	Porto Canal Online	14/09/2019	Porto Ambiente	Sim	Rui Moreira; "página de internet da autarquia"	Presidente da Câmara do Porto; Autarquia
Troca de acusações por causa do lixo	Jornal de Notícias	05/12/2019	Porto Ambiente	Sim	Gustavo Pimenta; Alberto Machado; Rui Moreira; Ernesto Santos	Deputado PS na CMP; Deputado PSD na CMP; Presidente da Câmara do Porto; Presidente da Junta de Freguesia de Campanhã
Câmara do Porto aponta para 2020 conclusão de parque verde na Asprela	Jornal de Notícias Online	16/10/2018	Águas do Porto	Sim	Filipe Araújo; "a autarquia"; CDU	Vice-presidente da Câmara do Porto; Autarquia; CDU
1228 painéis solares permitem reduzir custos com energia nas Águas do Porto	Público Online	13/08/2018	Águas do Porto	Sim	"gabinete de imprensa da autarquia"	Autarquia
Câmara do Porto aponta para 2020 conclusão de parque verde de 1,7 ME na Asprela	Diário de Notícias Online	16/10/2018	Águas do Porto	Sim	Filipe Araújo; "o site da autarquia"; CDU	Vice-presidente da Câmara do Porto; Autarquia; CDU
PSD acusa Moreira de "mentir" quando diz que água no Porto vai baixar 2% em 2019	Diário de Notícias Online	18/12/2018	Águas do Porto	Sim	Álvaro Almeida; Ilda Figueiredo; Manuel Pizarro; Filipe Araújo	Vereador PSD na CMP; Vereadora CDU na CMP; Vereador PS na CMP; Vice-presidente da Câmara do Porto
Câmara do Porto vota redução do preço da água em 2% na "tarifa base"	TSF Online	14/12/2018	Águas do Porto	Sim	"proposta da autarquia"; Rui Moreira	Autarquia; Presidente da Câmara do Porto
Câmara do Porto vota redução do preço da água em 2% na "tarifa base"	Diário de Notícias Online	14/12/2018	Águas do Porto	Sim	"proposta da autarquia"; Rui Moreira	Autarquia; Presidente da Câmara do Porto
Porto quer reduzir tarifa base da água em 2% no orçamento de 2019	TSF Online	16/10/2018	Águas do Porto	Sim	Rui Moreira	Presidente da Câmara do Porto
PSD e Moreira trocam ataques por causa da água	Jornal de Notícias - Porto	19/12/2018	Águas do Porto	Sim	Álvaro Almeida; Rui Moreira; Filipe Araújo	Vereador PSD na CMP; Presidente da Câmara do Porto; Vice-presidente da Câmara do Porto
Redução de 2% no preço da tarifa base da água	Jornal de Notícias	15/12/2018	Águas do Porto	Sim	Câmara do Porto	Autarquia
Obras cortam água durante quatro horas em ruas do Porto	Jornal de Notícias - Porto	29/10/2018	Águas do Porto	Sim	Águas do Porto	Empresa Municipal
Porto quer reduzir tarifa base da água em 2% em 2019	Público Porto	17/10/2018	Águas do Porto	Sim	Rui Moreira	Presidente da Câmara do Porto
Parque verde que irá nascer na Asprela fica pronto em 2020	Público Porto	17/10/2018	Águas do Porto	Sim	Filipe Araújo; Paulo Farinha Marques; Rui Moreira	Vice-presidente da Câmara do Porto; Arquiteto Paisagista; Presidente da Câmara do Porto
Moreira anuncia redução de 2% na água em 2019	Jornal de Notícias	17/10/2018	Águas do Porto	Sim	Rui Moreira; "a autarquia"	Presidente da Câmara do Porto; Autarquia
Festival da Água com experiências para todos	Jornal de Notícias	22/09/2018	Águas do Porto	Não	-	-
Poupar água e saber proteger o ambiente	Jornal de Notícias	29/09/2018	Águas do Porto	Não	-	-
1228 painéis solares permitem reduzir custos com energia nas Águas do Porto	Público Porto	14/08/2018	Águas do Porto	Sim	"gabinete de imprensa da autarquia"	Autarquia
Câmara do Porto aponta para 2020 conclusão de parque verde de 1,7 ME na Asprela	TSF Online	16/10/2018	Águas do Porto	Sim	Filipe Araújo; "o site da autarquia"; CDU	Vice-presidente da Câmara do Porto; Autarquia; CDU
Águas do Porto quer reabilitar laboratório por 1,25 ME com projeto de Souto Moura	TSF Online	09/08/2018	Águas do Porto	Sim	Águas do Porto; "a autarquia"	Empresa Municipal; Autarquia
Porto quer reduzir tarifa base da água em 2% no orçamento e 2019	Diário de Notícias Online	16/10/2018	Águas do Porto	Sim	Rui Moreira	Presidente da Câmara do Porto
Parque Verde da Asprela fica pronto em 2020	Público Online	16/10/2018	Águas do Porto	Sim	Filipe Araújo; Paulo Farinha Marques; Rui Moreira	Vice-presidente da Câmara do Porto; Arquiteto Paisagista; Presidente da Câmara do Porto
Câmara do Porto diz que preço da água desceu 3,2% com Rui Moreira	TSF Online	19/12/2018	Águas do Porto	Sim	Álvaro Almeida; Associação Cívica Porto, o Nosso Movimento	Autarquia; Vereador PSD na CMP; Associação Cívica Porto, o Nosso Movimento
Águas do Porto quer reabilitar laboratório por 1,25 ME com projeto de Souto Moura	Público Online	09/08/2018	Águas do Porto	Sim	Águas do Porto; "a autarquia"	Empresa Municipal; Autarquia
Câmara do Porto aponta para 2020 conclusão de parque verde de 1,7 milhões de euros na Asprela	Correio da Manhã Online	16/10/2018	Águas do Porto	Sim	Filipe Araújo; "o site da autarquia"; CDU	Vice-presidente da Câmara do Porto; Autarquia; CDU

Túnel do Bolhão demora um ano a ser construído	Correio da Manhã	30/08/2018	GO Porto	Sim	Francisco Rocha Antunes; Gestão e Obras do Porto	Gabinete do Mercado do Bolhão; Empresa Municipal
Túnel do Bolhão demora um ano a ser construído	Correio da Manhã Online	30/08/2018	GO Porto	Sim	Francisco Rocha Antunes; Gestão e Obras do Porto	Gabinete do Mercado do Bolhão; Empresa Municipal
Terminal rodoviário no Porto	Antena 1	03/10/2018	GO Porto	Sim	Cristina Pimentel	Vereadora Transportes, Fiscalização e Proteção Civil
Solução para Cinema Batalha pode passar por agentes culturais	TSF Online	18/09/2018	GO Porto	Sim	Rui Moreira; Francisco Carrapatoso	Presidente da Câmara do Porto; Deputado PSD na CMP
Sapatos S1 e muitos quilos de bacalhau vão nas malas dos turistas	Jornal de Notícias Online	20/08/2018	GO Porto	Sim	Sofia Fernandes; Vanessa Pessoa; Alexandre Pires; António Gomes; Mário Martins; Inês Silva; Carlos Silva	Comerciantes
Solução para Cinema Batalha pode passar por agentes culturais	Diário de Notícias Online	18/09/2018	GO Porto	Sim	Rui Moreira; Francisco Carrapatoso	Presidente da Câmara do Porto; Deputado PSD na CMP
Recuperação do Jardim do Palácio de Cristal preservará traça original	Jornal de Notícias - Porto	09/08/2018	GO Porto	Não	-	-
Reabilitação da Quinta do Covelo custou 320 mil euros e está pronta	Jornal de Notícias - Porto	06/08/2018	GO Porto	Sim	Câmara do Porto	Autarquia
Prioridade a autocarros em Fernão de Magalhães	Jornal de Notícias	21/09/2018	GO Porto	Sim	Rui Moreira	Presidente da Câmara do Porto
Porto - Requalificação da Avenida Fernão de Magalhães	Antena 1	20/09/2019	GO Porto	Sim	Manuel Paulo Teixeira; Cristina Pimentel; Rui Moreira	Arquiteto; Vereadora Transportes, Fiscalização e Proteção Civil; Presidente da Câmara do Porto
Porto intervém em duas ruas	Correio da Manhã Norte	22/07/2018	GO Porto	Sim	Câmara do Porto	Autarquia
Porto lança concurso para construção do Terminal de Campanhã e ligações em Miragaia	Diário de Notícias Online	28/09/2019	GO Porto	Sim	Câmara do Porto	Autarquia
Escadas rolantes em Miragaia são um alívio para os moradores	Jornal de Notícias	28/08/2018	GO Porto	Sim	Aloíso Moreira, Maria do Rosário Coelho, Isolina Almeida, Emília Pires; "fonte da autarquia"; Rui Mealha; Álvaro Domingues; António Fonseca	Moradores; Autarquia; Arquiteto e Professor; Geógrafo; Presidente da UF do Centro Histórico
Ponte do infante entra em obras a partir de segunda-feira	Jornal de Notícias Online	27/07/2018	GO Porto	Sim	"comunicado da Câmara do Porto"	Autarquia
Ponte do infante com obras a partir de segunda-feira	Jornal de Notícias	28/07/2018	GO Porto	Não	-	-
Outdoor promocional vai cobrir todo o Bolhão	Jornal de Notícias	04/08/2018	GO Porto	Sim	Hugo Silva, Maria Olinda Remísio, Alexandre Pires, Sara Araújo, Lúcia Fernandes	Comerciantes
Obras para tirar lombas na avenida da Boavista	Correio da Manhã	04/11/2018	GO Porto	Sim	"a câmara"; Gestão e Obras do Porto	Autarquia; Empresa Municipal
Obras nas ruas da Foz condicionam trânsito durante o mês de setembro	Jornal de Notícias - Porto	17/09/2018	GO Porto	Não	-	-
Obras junto ao estádio do FC Porto para "nova centralidade" de transportes	Diário de Notícias Online	03/08/2018	GO Porto	Sim	"o portal de notícias do município"	Autarquia
Obras junto ao Estádio do Dragão condicionam trânsito até setembro	Jornal de Notícias	04/08/2018	GO Porto	Sim	"a autarquia"	Autarquia
Obras junto ao Dragão	Correio da Manhã Norte	04/08/2018	GO Porto	Sim	Câmara do Porto	Autarquia
No "remediado" do Bolhão, o pregão esmorece mas não acaba	Público Porto	03/09/2018	GO Porto	Sim	Fátima Teixeira, Ernestina Barros, Maria José Macedo, Joaquim Lucas, Paula Viana, Ana Cardoso, Lúcia Fernandes; "a autarquia"	Comerciantes; Autarquia
Manhã de cea de naal leva à correria das compras no Porto	Porto Canal Online	25/12/2018	GO Porto	Não	-	-
Mais de 20 ruas do Porto alvo de concurso para projetos de requalificação	TSF Online	07/08/2018	GO Porto	Sim	"portal da Câmara Municipal do Porto"; GO Porto	Autarquia; Empresa Municipal
Mais de 20 ruas do Porto alvo de concurso para projetos de requalificação	Diário de Notícias Online	07/08/2018	GO Porto	Sim	"portal da Câmara Municipal do Porto"; GO Porto	Autarquia; Empresa Municipal
Lançado concurso para túnel no Bolhão	Jornal de Notícias	30/08/2018	GO Porto	Sim	Gestão e Obras do Porto	Empresa Municipal
Lançado concurso para requalificar o "Alexandre"	Jornal de Notícias	05/11/2018	GO Porto	Sim	Câmara do Porto	Autarquia
Jardim fronteiro do Palácio de Cristal vai para obras	Público Porto	09/08/2018	GO Porto	Sim	Gestão e Obras do Porto; "página da Internet da autarquia"	Empresa Municipal; Autarquia
Jardim Emílio David no Palácio de Cristal no Porto alvo de "recuperação paisagística"	TSF Online	02/08/2018	GO Porto	Sim	"entidade de gestão e obras da autarquia"	Empresa Municipal
Jardim Emílio David no Palácio de Cristal no Porto alvo de "recuperação paisagística"	Diário de Notícias Online	02/08/2018	GO Porto	Sim	"entidade de gestão e obras da autarquia"	Empresa Municipal
Escadas rolantes em Miragaia não geram consensos nos moradores	Porto Canal Online	30/08/2018	GO Porto	Sim	"a autarquia"	Autarquia
Construção de túnel do Bolhão vai demorar um ano e custar 3,5 milhões	Jornal de Notícias Online	29/08/2018	GO Porto	Sim	Gestão e Obras do Porto; "página da Internet da autarquia"	Empresa Municipal; Autarquia
Construção de túnel do Bolhão vai demorar um ano e custar 3,5 milhões	Correio da Manhã Online	29/08/2018	GO Porto	Sim	Gestão e Obras do Porto; "página da Internet da autarquia"	Empresa Municipal; Autarquia
Construção de túnel do Mercado do Bolhão no Porto demora 365 dias e custa 3,5 ME	Diário de Notícias Online	29/08/2018	GO Porto	Sim	Gestão e Obras do Porto; "página da Internet da autarquia"	Empresa Municipal; Autarquia
Construção do túnel do Mercado do Bolhão no Porto custa 4,89 ME	Diário de Notícias Online	27/11/2018	GO Porto	Sim	"Gestão e Obras Públicas"; "a Câmara"	Empresa Municipal; Autarquia
Construção do túnel do Mercado do Bolhão no Porto custa 4,89 milhões	Público	28/11/2018	GO Porto	Sim	"Gestão e Obras Públicas do Porto"	Empresa Municipal
Comerciantes do Bolhão pedem mais promoção	Jornal de Notícias	22/12/2018	GO Porto	Sim	"a autarquia"; Hugo Silva	Autarquia; Comerciante
Começam hoje três meses de obras na Rua de 5 de Outubro	Jornal de Notícias - Porto	30/10/2018	GO Porto	Sim	Câmara do Porto	Autarquia
Câmara do Porto quer jardim fronteiro do Palácio de Cristal em obras em Novembro	Público Online	08/08/2018	GO Porto	Sim	"Gestão e Obras Públicas do Porto"; "página de internet da autarquia"	Empresa Municipal; Autarquia
Câmara do Porto prevê pagar 22,7 ME para usar Matadouro durante 30 anos	Diário de Notícias Online	09/11/2018	GO Porto	Sim	Câmara do Porto; Catarina Araújo	Autarquia; Vereadora e Administradora Executiva da GO Porto
Câmara do Porto lança concurso para obras na rua de Serralves por 1,13 ME	TSF Online	27/12/2018	GO Porto	Sim	"empresa municipal de Gestão e Obras"	Empresa Municipal
Câmara do Porto lança concurso para obras na rua de Serralves por 1,13 ME	Diário de Notícias Online	27/12/2018	GO Porto	Sim	"empresa municipal de Gestão e Obras"	Empresa Municipal
Câmara do Porto pede 39 milhões à banca para 24 obras	Público Online	28/09/2018	GO Porto	Sim	Câmara do Porto	Autarquia
Câmara do Porto aprovou pagar 22,7 ME para usar Matadouro por 30 anos	Diário de Notícias Online	13/11/2018	GO Porto	Sim	Câmara do Porto; Álvaro Almeida; Rui Moreira, lida Figueiredo; Manuel Pizarro	Autarquia; Vereador PSD na CMP; Presidente da Câmara do Porto; Vereadora CDU na CMP; Vereador PS na CMP
Árvores e corredor BUS de alta qualidade na "nova" Fernão de Magalhães	Jornal de Notícias Online	20/09/2018	GO Porto	Sim	Câmara do Porto; Rui Moreira; GO Porto	Autarquia; Presidente da Câmara do Porto; Empresa Municipal
Avenida Fernão Magalhães no Porto vai ter corredor só para transportes públicos	Diário de Notícias Online	20/09/2018	GO Porto	Sim	Rui Moreira; Manuel Paulo Teixeira	Presidente da Câmara do Porto; Diretor Municipal da Mobilidade e Transportes
Câmara investe 21 milhões a requalificar 20 arruamentos	Jornal de Notícias - Porto	08/08/2018	GO Porto	Sim	Câmara do Porto	Autarquia
Bolhão promove Sábado em Família	Correio da Manhã Norte	12/10/2018	GO Porto	Não	-	-
Avenida Fernão Magalhães vai entrar em obras	TSF	20/09/2018	GO Porto	Sim	Câmara Municipal do Porto	Autarquia
Autocarros terão prioridade na Fernão de Magalhães arborizada	Público Porto	21/09/2018	GO Porto	Sim	Rui Moreira; Cristina Pimentel; Manuel Paulo Teixeira	Presidente da Câmara do Porto; Vereadora Transportes, Fiscalização e Proteção Civil; Diretor Municipal da Mobilidade e Transportes

Anexos

Anexos

1. ORGANOGRAMA DA GO PORTO, EM



2. EXEMPLO DE NOTA À IMPRENSA

Informação à Imprensa

Concurso público internacional para a construção do Terminal Intermodal de Campanhã foi hoje lançado

A Câmara do Porto, através da empresa municipal de Gestão e Obras do Porto (GO Porto), lançou esta sexta-feira o concurso público internacional para a "Empreitada do Terminal Intermodal de Campanhã", com publicação do anúncio no Diário da República (DR) e no Jornal Oficial da União Europeia (JO). A fase de obra terá uma duração de 635 dias, ou seja, aproximadamente 21 meses.

O objetivo desta empreitada é dotar a zona de Campanhã de uma plataforma que abranja os autocarros da STCP e dos operadores privados, comboios urbanos e de longo curso, metro e táxis, aproveitando a localização que possui através das acessibilidades rodoviárias como a Via de Cintura Interna (VCI) e das autoestradas circundantes (A1, A3 e A4).

O equipamento a construir perfaz uma área bruta total de construção de cerca de 24 mil metros quadrados e irá integrar áreas utilitárias, – parque de estacionamento, terminal de camionagem, estação de serviço, paragens *kiss & ride*, parque de bicicletas e parque de táxis – áreas complementares de apoio ao público, áreas administrativas, bem como áreas técnicas essenciais.

O projeto vencedor, do arquiteto Nuno Brandão Costa, anunciado a 10 de fevereiro de 2017, inclui também a "construção" de um parque natural que será um "elemento agregador de toda a envolvente urbana".

O Terminal irá constituir um dos principais nós da rede de transporte público, enquanto interface estratégico de um anel de contorno da cidade do Porto, funcionando em articulação com o interface da Casa da Música e o futuro interface do Hospital de S. João.

A estimativa preliminar de custo da obra é de cerca de 12,7 milhões de euros e o seu prazo de execução de 635 dias, sendo que o projeto tem candidatura aprovada para fundos comunitários do programa Norte 2020.

As candidaturas deverão ser entregues até ao dia 27 de novembro, em formato eletrónico na plataforma www.acingov.pt, onde poderão ser também consultadas as peças do concurso.

Recorde-se que o concurso de conceção gerido pela GO Porto, que teve como objetivo confrontar as diversas propostas de projeto para o Terminal Intermodal de Campanhã apurou, a 10 de fevereiro de 2017 a solução vencedora, da autoria de Nuno Brandão Costa.

3. EXEMPLO DE CARTA AOS MUNICÍPES

Porto, 21 de setembro de 2018

Ex.mo(a) Senhor(a),

A Câmara Municipal do Porto, através da GO Porto - Empresa Municipal de Gestão e Obras do Porto, vai iniciar a empreitada de *“Requalificação da Avenida de Fernão de Magalhães, entre a Praça Francisco Sá Carneiro e o Campo 24 de Agosto”* - nos próximos dias.

Os trabalhos, com uma duração prevista de 540 dias, irão decorrer em quatro fases e visam, de uma forma geral, a requalificação da Avenida de Fernão de Magalhães, no troço compreendido entre a Praça Francisco Sá Carneiro e o Campo 24 de Agosto. A empreitada prevê, entre outros, trabalhos de pavimentação da faixa de rodagem, estacionamento e passeios, a execução de nova rede de iluminação pública e de semaforização e a requalificação dos espaços verdes existentes.

Sabemos que as obras podem ser causadoras de alguns incómodos para a sua vida quotidiana, mas acreditamos que representarão, aquando da sua conclusão, uma mais-valia no dia a dia de todos.

Está disponível no site www.goporto.pt informação útil e atualizada da obra. Qualquer informação adicional poderá ser obtida através da linha direta 228 339 303.

Com os nossos melhores cumprimentos,

O Administrador Executivo
da Gestão e Obras do Porto, EM

(Manuel Aranha)

Nota: Alertamos para o facto de trabalhos estarem condicionados à sua realização apenas com boas condições meteorológicas. Caso contrário, poder-se-á verificar algum atraso ou até mesmo adiamento do início da empreitada.

4. LISTA DE NOTÍCIAS REDIGIDAS

- <http://www.goporto.pt/noticias-gop/novas-guardas-na-via-panoramica-edgar-cardoso>
- <http://www.goporto.pt/noticias-gop/rua-do-pintor-antonio-cruz-vai-ter-novo-pavimento>
- <http://www.goporto.pt/noticias-gop/melhoria-do-desempenho-energetico-na-piscina-de-cartes-ja-comecou>
- <http://www.goporto.pt/noticias-gop/largo-de-s--joao-novo-vai-ter-iluminacao-mais-eficiente>
- <http://www.goporto.pt/noticias-gop/rua-de-camoes-vai-passar-a-ter-dois-sentidos-de-transito>
- <http://www.goporto.pt/noticias-gop/club-sportivo-nunalvares-vai-ter-novos-courts-de-tenis>
- <http://www.goporto.pt/noticias-gop/beneficiacao-concluida-na-rua-de-cinco-de-outubro>
- <http://www.goporto.pt/noticias-gop/porto-digital-e-porto-innovation-hub-novas-instalacoes-concluidas>
- <http://www.goporto.pt/noticias-gop/estruturas-beneficiadas-em-loteamento-na-foz>
- <http://www.goporto.pt/noticias-gop/paragens-do-museu-do-carro-electrico-e-do-fluvial-mais-acessiveis>
- <http://www.goporto.pt/noticias-gop/abrigos-renovados-no-terminal-do-campo-24-de-agosto>
- <http://www.goporto.pt/noticias-gop/comecou-hoje-reabilitacao-profunda-das-ruas-do-bonjardim-e-guedes-de-azevedo>
- <http://www.goporto.pt/noticias-gop/rua-fernando-cabral-e-rua-de-pedro-hispano-vao-ter-ligacao-direta>
- <http://www.goporto.pt/noticias-gop/miragaia-lancado-concurso-publico-para-execucao-dos-percursos-pedonais-ligacoes-mecanizadas>
- <http://www.goporto.pt/noticias-gop/prolongamento-da-rua-delfim-pereira-da-costa-a-rua-do-pintor-arpad-szenes-em-concurso-publico>
- <http://www.goporto.pt/noticias-gop/corte-de-transito-na-av--gustavo-eiffel>
- <http://www.goporto.pt/noticias-gop/go-porto-lanca-concurso-para-beneficiar-praceta-jose-regio>
- <http://www.goporto.pt/noticias-gop/novo-pavimento-na-avenida-da-boavista>
- <http://www.goporto.pt/noticias-gop/rua-de-cinco-de-outubro-trabalhos-noturnos-comecam-hoje>
- <http://www.goporto.pt/noticias-gop/concurso-para-reabilitacao-do-alexandre-herculano-sem-candidatos>
- <http://www.goporto.pt/noticias-gop/beneficiacao-da-rua-de-serralves-em-concurso>
- <http://www.goporto.pt/noticias-gop/quartel-do-batalhao-de-sapadores-bombeiros-ampliado-e-requalificado>
- <http://www.goporto.pt/noticias-gop/abrigos-beneficiados-no-terminal-do-campo-24-de-agosto>
- <http://www.goporto.pt/noticias-gop/estacionamento-da-rua-do-lugarinho-com-nova-pavimentacao>
- <http://www.goporto.pt/noticias-gop/praca-de-nove-de-abril-ganha-melhor-iluminacao-e-recupera-postes-originais>
- <http://www.goporto.pt/noticias-gop/programa-rua-direita-avanca-com-concurso-para-ultimos-quatro-grupos-de-ruas>